

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

TCA 174-1

**PONTOS DE CONTROLE
DA
AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL**

2022

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**



AUDITORIA INTERNA

TCA 174-1

**PONTOS DE CONTROLE
DA
AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL**

2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA

PORTARIA CENCIAR Nº 33/AMNO, DE 7 DE MARÇO DE 2022
Protocolo COMAER nº 67022.000807/2022-89

Aprova a edição da Tabela de Pontos de
Controle da Auditoria Interna
Governamental.

O CHEFE DO CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 18, do Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, ROCA 21-91, aprovado pela Portaria nº 915/GC3, de 3 de setembro de 2020, e conforme o que consta do Processo nº 67022.003781/2019-25, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da TCA 174-1, “Tabela de Pontos de Controle da Auditoria Interna Governamental”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ar. 3º Revoga-se a Portaria CENCIAR nº 109/AMNO, de 27 de setembro de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 198, de 13 de novembro de 2018, fl. nº 12811.

Maj Brig Int ALEXANDRE FALCONIERE DE TORRES
Chefe do CENCIAR

(Publicado no BCA nº 048, de 11 de março de 2022)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	8
1.1 FINALIDADE	8
1.2 CONCEITUAÇÕES	8
1.2.1 AUDITORIA	8
1.2.2 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL.	8
1.2.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO	8
1.2.4 DEFICIÊNCIA	8
1.2.5 FISCALIZAÇÃO	8
1.2.6 IMPROPRIEDADE.....	8
1.2.7 IRREGULARIDADE	8
1.2.8 PONTO DE AUDITORIA	8
1.2.9 PONTO DE CONTROLE	8
1.2.10 RISCO.....	9
1.3 ÂMBITO	9
2 EMPREGO DOS PONTOS DE CONTROLE.....	10
2.1 EMPREGO	10
2.1.1 FASE DE PLANEJAMENTO.....	10
2.1.2 FASE DE EXECUÇÃO	10
2.2 PROPRIEDADES DOS PONTOS DE CONTROLE	10
2.3 PROPRIEDADES DO PROCEDIMENTO	11
2.4 ESTRUTURA DA BASE NORMATIVA	11
2.5 INCONSISTÊNCIA	11
3. EVIDÊNCIA DE AUDITORIA.....	12
3.1 NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS	12
3.2. FONTES DE INFORMAÇÃO	13
4. ATRIBUTOS DAS EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA	15
4.1. ELEMENTOS DA ADEQUAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS	15
4.2. SUFICIÊNCIA DAS EVIDÊNCIAS.....	16
4.3. FATORES QUE PODEM AFETAR A SUFICIÊNCIA	16
REFERÊNCIAS.....	19
ANEXO A - DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E RISCOS CORPORATIVOS	51
A.1 - DIRIGENTE MÁXIMO	51
A.2 -ORDENADOR DE DESPESAS.....	53

A.3 AGENTE DE CONTROLE INTERNO	53
A.4 GESTÃO DE RISCOS	55
A.5 PROGRAMA INTEGRIDADE	56
A.6 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO	56
A.6.1. AMBIENTE DE CONTROLE	56
A.6.2 ATIVIDADES DE CONTROLE	57
A.6.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	57
A.6.4 MONITORAMENTO	57
A.7. PONTOS COMUNS DE DIREÇÃO E CONTROLE	58
ANEXO B - LICITAÇÕES E CONTRATOS	60
B.1 – LICITAÇÃO – FASE INTERNA	60
B.2 - LICITAÇÃO – FASE EXTERNA	62
B.3 – CONTRATOS	63
B.4 – CONTRATOS DE RECEITA	65
B.5 – CONVÊNIOS	66
B.6 – CREDENCIAMENTO	66
ANEXO C - FINANÇAS E PESSOAL	71
C.1. FINANÇAS	71
C.2. PESSOAL MILITAR	73
C.3. PESSOAL CIVIL	75
C.4. PESSOAL OBJETOS COMUNS	77
C.5. PESSOAL VETERANOS E PENSIONISTAS	79
ANEXO D – BENS PATRIMONIAIS	81
D.1. SEGURANÇA E DEFESA	81
D.2. MATERIAL DE INTENDÊNCIA	82
D.3. SUPRIMENTO AERONÁUTICO	82
D.4. MATERIAL DE SUBSISTÊNCIA	82
D.5. MATERIAL BÉLICO	83
D.6. SFARD	83
D.7. PRVF	84
D.8. REGISTRO	84
D.9. IMÓVEIS	85
D.10. SERVIÇOS GERAIS	85
D.11. TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE	86
ANEXO E – PONTOS COMUNS	87

E.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA	87
ANEXO F – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	88
F.1 - PLANEJAMENTO.....	88
F.2 - PROJETO	89
ANEXO G – AUDITORIA DE CONTAS	91
G.1 - AVALIAÇÃO	91
G.2 – CHECK-LIST.....	93
G.2.1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	93
G.2.2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	93
G.2.3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	94
G.2.4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	95
G.2.5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO.....	95
G.2.6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	95
G.2.7. ANEXOS E APÊNDICES.....	96

PREFÁCIO

Chegamos a 2022. As necessidades de aprimoramento continuam, pois no contexto interno e externo do Comando da Aeronáutica (COMAER) as mudanças nas legislações são como um órgão vivo, em constante adaptação e evolução. A todo instante existem modernizações e atualizações dos normativos que auxiliam a boa governança.

Dentro de sua Missão e Visão, no sentido de aumentar e preservar o valor e a imagem do COMAER, o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR) sentiu a necessidade de se aprimorar e disponibilizar aos gestores, responsáveis pela execução orçamentária, patrimonial e financeira, bem como pela governança e gestão de riscos, uma nova e atualizada versão da TCA 174-1, a qual fornece um norte para a boa gestão das Organizações Militares (OM) do COMAER por meio de apresentação de Pontos de Controle os quais embasam atos e fatos em inúmeras publicações legais.

No aspecto relacionado às auditorias de conformidade, o objetivo delas é verificar a aderência da gestão aos normativos legais. As inconformidades eventualmente encontradas são denominadas Pontos de Auditoria. Estes são fragilidades que podem comprometer a eficácia, eficiência, economicidade e efetividade das OM, assim como a imagem do COMAER perante a sociedade.

Para acompanhar as evoluções, atualizações dos Pontos de Controle se fizeram necessárias, tendo por finalidade auxiliar os Auditores e Auditados. Os Pontos da TCA irão dar oportunidade às Unidades de conhecerem as mesmas perguntas que servem de base para a avaliação da gestão e verificação da conformidade legal.

Esta edição da TCA 174-1 permite tanto aos auditores quanto aos gestores uma atualização da realidade normativa do país e fornece transparência aos questionamentos de auditoria quando da realização das inspeções por parte do CENCIAR nas OM do COMAER.

Os Pontos de Controle não se encerram nesta TCA, pois com o dinamismo hoje existente nas legislações e as especificidades das diversas OM do COMAER, eles são apenas a *alma mater* da avaliação. Um dos ingredientes da boa governança é o controle – e é aí que o aprimoramento dos Pontos de Controle se encaixa.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A finalidade desta Tabela é a de divulgar, para os auditores e as demais partes interessadas, os pontos de controle das atividades de auditoria interna governamental.

1.2 CONCEITUAÇÕES

1.2.1 AUDITORIA

Técnica de trabalho que visa a avaliar a gestão pública sob o enfoque dos seus processos e resultados gerenciais.

1.2.2 AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL.

Atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, com o propósito de aumentar e proteger o valor organizacional das instituições públicas, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.

1.2.3 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

Conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, dentre outros, operacionalizados de forma integrada pela alta administração e pelo corpo de servidores públicos, militares e empregados dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que, na consecução da missão da entidade, os objetivos gerais sejam alcançados.

1.2.4 DEFICIÊNCIA

A palavra deficiência, em sua etimologia, significa falta, fraqueza. Por extensão de sentido, na gestão pública significa que um setor ou um processo funciona inadequadamente, causando distorção no resultado esperado.

1.2.5 FISCALIZAÇÃO

Técnica de trabalho que visa a comprovar se o objeto dos programas de governo corresponde ao estabelecido, precipuamente mediante inspeção física.

1.2.6 IMPROPRIEDADE

Consiste em falha de natureza formal da qual não resulta dano ao Erário, porém evidencia-se a inobservância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade.

1.2.7 IRREGULARIDADE

Caracteriza-se pela inobservância aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade, constatando-se a existência de desfalque, alcance ou desvio de bens que resulta em dano ao Erário.

1.2.8 PONTO DE AUDITORIA

Denominado também achado de auditoria, é qualquer fato significativo digno de relato pelo auditor, que decorre da comparação entre a situação encontrada e o critério e que deve ser devidamente comprovado por evidências juntadas ao relatório.

1.2.9 PONTO DE CONTROLE

Situação considerada como de interesse para exame e avaliação.

1.2.10 RISCO

Possibilidade de ocorrência de um evento que venha a ter efeito no cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade.

1.3 ÂMBITO

A presente Tabela se aplica às Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

2 EMPREGO DOS PONTOS DE CONTROLE

2.1 EMPREGO

O auditor empregará o ponto de controle durante as atividades de auditoria interna governamental, ao menos em dois momentos: na fase de planejamento e na fase de execução.

Nos trabalhos de auditoria (avaliação), podemos destacar quatro grandes etapas, interligadas e interdependentes, por meio das quais os trabalhos são programados e desenvolvidos, de forma a cumprir satisfatoriamente seus objetivos.

Acompanhe no infográfico a seguir:



2.1.1 FASE DE PLANEJAMENTO

Na fase de planejamento, o auditor deverá selecionar os pontos de controle que serão examinados durante os trabalhos de campo.

2.1.2 FASE DE EXECUÇÃO

Na fase de execução, o auditor poderá consultar o procedimento a ser seguido para o exame ou verificação do ponto de controle selecionado, realizando os seguintes passos:

na auditoria em execução, o auditor deverá clicar no botão <Propriedades>, localizado no menu inferior direito da tela;

ao abrir a janela ‘Propriedades da Auditoria’, o auditor deverá rolar a tela até o campo ‘Pontos de Controle’;

o auditor seleciona o ponto de controle e clica sobre ele, com o lado esquerdo do mouse, para abrir a janela ‘Detalhar Ponto de Controle’, em que consta a descrição, o procedimento e a base normativa.

2.2 PROPRIEDADES DOS PONTOS DE CONTROLE

No Sistema de Auditoria e de Fiscalização (AUDIFISC), a descrição de um Ponto de Controle é estruturada com os seguintes campos (Propriedades):

Função – área de exame (e. g., ‘Licitações e Contratos’, ‘Bens Patrimoniais’);

Atividade – subáreas (e. g., ‘Licitações’, ‘Contratos’, ‘Pontos Básicos’, ‘Material de Saúde’);

Tarefa – que recebe a denominação comum de PONTOS DE CONTROLE;

Item – é a descrição do ponto de controle em forma de pergunta e redigida de forma positiva, seguida da remissão normativa entre parênteses;

Tipo – pode ser ‘Protocolo’ ou ‘Questão’; e

Situação – pode ser ‘Aprovado’ ou ‘Desativado’.

2.3 PROPRIEDADES DO PROCEDIMENTO

No AUDIFISC, a descrição do Procedimento é estruturada com os seguintes campos (Propriedades):

Referentes ao Ponto de Controle:

Função – área de exame (e. g., ‘Licitações e Contratos’, ‘Bens Patrimoniais’);

Atividade – subáreas (e. g., ‘Licitações’, ‘Contratos’, ‘Pontos Básicos’, ‘Material de Saúde’);

Tarefa – que recebe a denominação comum de PONTOS DE CONTROLE;

Item – é a descrição do ponto de controle em forma de pergunta e redigida de forma positiva, seguida da remissão normativa entre parênteses;

Procedimento – é a descrição de como o auditor deve atuar para realizar o exame referente ao ponto de controle; e

Base Normativa – é a descrição do dispositivo normativo estabelecido como critério (ou padrão).

2.4 ESTRUTURA DA BASE NORMATIVA

No AUDIFISC, o banco de dados da BASE NORMATIVA é estruturado com os seguintes campos:

Natureza – tipo do normativo (Constituição, Lei Complementar, Lei, Decreto, Instrução Normativa etc);

Número/Origem – número do normativo e sigla do órgão;

Data – data da assinatura do normativo;

Publicação – data da publicação do normativo;

Link – para a inserção do link da página oficial em que o normativo pode ser consultado;

Ementa – texto da ementa do normativo, se ordinatório, ou de sua finalidade, se de outro formato.

2.5 INCONSISTÊNCIA

O auditor ao encontrar qualquer inconsistência quando do emprego de ponto de controle deverá comunicar formalmente à Assessoria de Metodologia e Normas (AMNO), apresentando, se possível, uma proposta de correção adequadamente fundamentada.

3. EVIDÊNCIA DE AUDITORIA

As evidências de auditoria são as informações e os dados coletados, analisados e avaliados pelo auditor, utilizando as técnicas de auditoria para sustentar os achados e as conclusões do trabalho.

Constituem meio de informação ou de prova para fundamentar a opinião da auditoria interna governamental e, ao mesmo tempo, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.

3.1 NATUREZA DAS EVIDÊNCIAS

Para compreender o papel das evidências nos trabalhos de auditoria, vamos conceituar a natureza das evidências, as fontes de informação e os atributos das evidências.

Quanto à natureza, podem ser classificadas em:

- **Legais:** subdivididas em direta, circunstancial, conclusiva e corroborativa.
- **Típicas de auditoria:** subdivididas em física, testemunhal, analítica e documental.

Vamos conhecer um pouco mais dessa classificação na tabela a seguir:

Natureza	Classe	Descrição	Exemplos
Legais	Direta	Comprova diretamente um fato, sem que seja necessário elaborar suposições.	Fotografia de um muro em construção.
	Circunstancial	Demonstra um fato que pode levar a outro fato, porém não é suficiente para sustentar um achado. Também é conhecida como indício.	Processo sem numeração de páginas.
	Conclusiva	Constitui prova absoluta dos fatos e das circunstâncias que informa. É mais difícil de ser obtida porque envolve altos custos e longos períodos.	Laudo pericial atestando a falsificação de documentos e de assinaturas.
	Corroborativa	Serve de suporte para outras evidências, tornando-as mais confiáveis, relevantes e úteis. Deve ser obtida a partir de fontes diferentes das evidências originais, podendo ser internas ou externas ao órgão ou entidade auditada.	

Típicas de Auditoria	Física	São evidências obtidas por meio das técnicas de inspeção física e observação.	Fotografias, vídeos, mapas, gráficos, tabelas e registros de observação de alguma atividade desenvolvida por servidores ou funcionários da unidade auditada.
	Testemunhal	São constituídas por informações prestadas por terceiros, mediante declarações verbais ou escritas, ou por informações colhidas por meio de técnica de entrevista ou questionário.	Questionário com as respostas às questões formuladas ou registros de entrevistas.
	Analítica	São resultantes da verificação das inter-relações entre dados. As técnicas utilizadas são amostragem, técnicas assistidas por computador, conciliação e revisão analítica.	Tabelas, quadros, em meio físico ou eletrônico, contendo registros dos dados e das análises realizadas pela equipe de auditoria.
	Documental	São obtidas de fontes internas ou externas à organização.	Relatórios, memorandos, atas, contratos, ofícios, notas fiscais, notas de empenho, notas de serviço, termos de contrato e demais documentos que contenham alguma informação comprobatória. Tais evidências podem estar armazenadas tanto em meio físico quanto eletrônico.

3.2. FONTES DE INFORMAÇÃO

Fontes de informação são os locais ou os espaços onde estarão ou serão geradas as evidências para os trabalhos de auditoria.

Portanto, tais evidências podem ser internas ou externas à organização ou à entidade auditada.

Evidências Internas: São produzidas no âmbito da organização e podem ser processadas por uma parte externa ou não. Geralmente, os auditores atribuem a esse tipo de evidência menor credibilidade do que às externas.

Evidências Externas: São produzidas por organização independente da unidade auditada e podem ser processadas ou não pela unidade. Normalmente, se atribui maior credibilidade a esse tipo de evidência do que às internas, especialmente se forem encaminhadas diretamente ao auditor e elaboradas por pessoa ou instituição independente e competente no assunto.

4. ATRIBUTOS DAS EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA

4.1. ELEMENTOS DA ADEQUAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS

A adequação é uma medida de qualidade da evidência de auditoria. A evidência adequada deve ser provida de confiabilidade, fidedignidade, relevância e utilidade. Além disso, o MOT destaca o grau de persuasão como requisito necessário para a evidência de auditoria.

Agora, vamos aprofundar nos elementos supracitados:

Confiabilidade e fidedignidade

Informações confiáveis são entendidas como as melhores de se obter por meio de técnicas de auditoria apropriadas.

Para que sejam confiáveis, as evidências devem ser fidedignas e representarem de forma precisa os fatos, ou seja, devem ser válidas, sem erros ou tendências.

Embora não haja regras rígidas para determinar a confiabilidade das evidências, existem diretrizes gerais utilizadas por auditores internos governamentais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Evidências	
Mais confiáveis	Menos confiáveis
Obtidas de terceiros independentes.	Obtidas junto à unidade auditada.
Produzidas por um processo ou sistema com controles efetivos.	Produzidas por um processo ou sistema com controles ineficazes.
Obtidas diretamente pelo auditor interno.	Obtidas indiretamente.
Proporcionadas por documentos originais.	Proporcionadas por fotocópias.
Corroboradas por informações oriundas de outras fontes.	Obtidas em uma única fonte.
Informações documentais.	Informações testemunhais.

Relevância

Requer que a evidência esteja diretamente relacionada aos objetivos e ao escopo do trabalho. A avaliação do que seja uma informação relevante é uma questão de lógica e de julgamento profissional.

Uma evidência relevante faz diferença para os usuários das informações, ou seja, é capaz de mudar a decisão do usuário sobre determinada questão.

Como os recursos destinados ao trabalho de auditoria são limitados, é bom lembrar que, se a equipe despender tempo em uma análise que irá gerar uma evidência com menor grau de relevância, terá menos tempo disponível para as demais análises.

Utilidade

Relaciona-se com a capacidade de auxiliar o auditor a atingir os objetivos da auditoria. Para tanto, deve ser útil também para a construção dos achados e para a formação da opinião emitida pelo auditor.

Grau de persuasão

A persuasão é a capacidade de a informação apoiar o auditor na formulação de achados, de conclusões e de recomendações, garantindo-lhe segurança razoável para convencer o auditado e os demais destinatários do trabalho de que a sua opinião está correta.

4.2. SUFICIÊNCIA DAS EVIDÊNCIAS

A suficiência é uma medida de quantidade de evidências de auditoria necessária para torná-las convincentes.

A evidência suficiente é aquela que se sustenta a ponto de permitir que outro profissional imparcial chegue à mesma conclusão alcançada pela equipe que realizou a auditoria.

4.3. FATORES QUE PODEM AFETAR A SUFICIÊNCIA

Na avaliação da suficiência, a equipe de auditoria deve proceder à análise dos fatores que podem gerar a necessidade de maior ou menor quantidade de evidências.

A seguir, sem prejuízo de outros fatores, discutiremos a materialidade, o custo, os critérios de amostragem, os riscos e a qualidade das evidências.

Materialidade

Refere-se aos valores dos objetos auditados, tais como os bens físicos, as transações, as operações, as atividades, as ações governamentais, os projetos. Quanto maior o valor do objeto auditado, maior deverá ser a extensão das evidências para fundamentar os registros no relatório de auditoria.

Custo

No mundo social, as demandas são crescentes e os recursos são escassos. Além disso, obter uma evidência gera sempre um custo para a auditoria. Dessa forma, pode ocorrer que o custo para conseguir determinada evidência seja muito elevado e até inviável frente aos benefícios obtidos. Portanto, cabe à equipe de auditoria avaliar a relação custo-benefício das evidências que pretende obter e estudar as alternativas para alcançar as que realmente são necessárias. Nesse quesito, o equilíbrio é fundamental.

Critérios de amostragem

A seleção dos itens de determinada população ou universo do objeto auditado deve ter critérios de amostragem válidos. Se os métodos estatísticos forem desconsiderados na realização da auditoria, a suficiência das evidências poderá ser reduzida.

Riscos

Quanto maiores forem os riscos relacionados ao objeto examinado, maior segurança deverá ser obtida por meio dos procedimentos.

Nesses casos, a equipe deve planejar testes que garantam maior quantidade de evidências ou evidências de melhor qualidade. Para isso, é necessário definir o tipo de abordagem dos testes a serem realizados, ou seja, testes de controles combinados com testes substantivos, ou uma abordagem somente com procedimentos substantivos, nos casos em que a avaliação preliminar indicar que os controles são inexistentes ou que os controles existentes são inadequados ou inoperantes.

Qualidade

A adequação das evidências obtidas afeta diretamente a sua suficiência em uma relação inversamente proporcional. Quanto maior a qualidade das evidências (mais confiáveis, mais relevantes e mais úteis), menor será a quantidade de evidências necessárias; quanto pior for a qualidade, maior será a quantidade necessária.

Vale destacar que apenas a obtenção de mais evidências não compensa a má qualidade das evidências obtidas.

É importante ressaltar que somente será possível obter evidências adequadas e suficientes se, entre outras ações, a equipe de auditoria construir um planejamento consistente e eficaz.

Alguns fatores que podem auxiliar na tomada de decisão referente a este atributo são:

Materialidade	Refere-se ao valor dos objetos auditados. Portanto, quanto maior o valor do objeto, maior deve ser a extensão das evidências para fundamentar as conclusões da auditoria.
Custo	A obtenção de evidências envolve custos, portanto, a equipe de auditoria deve sempre avaliar a relação custo-benefício da obtenção das evidências necessárias, de forma a identificar opções viáveis, que atendam aos objetivos do trabalho.
Crítérios de Amostragem	Testar todos os itens de uma população por vezes não é viável ou mesmo necessário para obter suficiente evidência de auditoria. Por isso, a aplicação adequada de técnicas de amostragem (probabilística ou não probabilística) para definir a extensão dos itens a serem testados pode fornecer razoável suficiência das evidências obtidas. A desconsideração dos métodos estatísticos na realização da auditoria pode afetar a suficiência das evidências.
Riscos	Quanto maiores forem os riscos associados ao objeto examinado, maior nível de asseguuração será necessário obter por meio dos procedimentos de auditoria. Nesses casos, é necessário planejar testes que garantam maior quantidade de evidências ou evidências de melhor qualidade.
Qualidade	A adequação das evidências obtidas afeta diretamente sua suficiência em uma relação inversamente proporcional. Quanto maior a qualidade das evidências (mais confiáveis, mais relevantes e mais úteis), menor a quantidade de evidências

	necessárias; quanto pior a qualidade, maior será a quantidade necessária.
--	---------------------------------------------------------------------------

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5419-1**: Proteção contra descargas atmosféricas. Parte 1: Princípios gerais. Rio de Janeiro, 2015, 67 p.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Implantação de Grupamentos de Apoio**: MCA 21-1. Aprovado pela Portaria EMAER nº 49/ISC, de 14 de dezembro de 2015. Boletim do Comando da Aeronáutica [233], Rio de Janeiro, RJ, 18 dez. 2015. Quarta Parte, Seção I, Fl. 11694. 141 p. Brasília, 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 maio 2000. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 116, 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União [147], Poder Executivo, Brasília, DF, 01 ago. 2003. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; [...]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 dez. 2006 [31 jan. 2009] [31 jan. 2012] [06 mar. 2012]. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993**. Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 fev. 1993. Seção 1, p. 1797. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp73.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - Lei Kandir. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 1996. Seção 1, p. 18261. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp87.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial da União [39], Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp95.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União,

Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001**. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 fev. 2001. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 fev. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10192.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta o Art. 182 e o Art. 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2002 [30.07.2002]. Seção 1, p. 1 [Seção 1, p. 1]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.421, de 21 de dezembro de 2006**. Altera o valor do auxílio-invalidez devido aos militares das Forças Armadas na inatividade remunerada e revoga a Tabela V do Anexo IV da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11421.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, [...] e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 set. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111784.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010**. Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 abr. 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12232.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.778, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos, Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Poder Executivo federal; [...]; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 2012. Seção 1, p. 30. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12778.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.105, de 16 março de 2015**. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017**. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera a Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13425.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964 [09 abr. 1964] [03 jun.1964]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l4320.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**. Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 dez. 1977. Seção 1, p. 16871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6496.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977**. Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6514.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1985. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989**. Concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião, de seu licenciamento. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1989. Seção 1, p. 24076. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7963.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jun. 1993 [06 jul. 1994]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 1998 [17 fev. 1998]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9636.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998**. Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jun. 1998. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/l9657.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 fev. 1999 [11 mar. 1999]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L9784.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Manual de Elaboração de Relatórios do Controle Interno**. Brasília, maio de 2014. Disponível em: <http://www.reogci.org/documentacion/pdfs/brasil/Manual_de_Elaboração_de_Relatórios_do_Controlado_Interno.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal**. Diário Oficial da União [89], Brasília, DF, 11 maio 2016. Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_mpog_01_2016.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. **Normas do Sistema de Subsistência: NSCA 145-1**. Aprovada pela Portaria nº 74/AJUR, de 17 de setembro de 2020. Brasília-DF, 2020. Publicado no BCA nº 171, de 22 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Portaria nº 609/GM1, de 17 de agosto de 1990**. Regula a concessão de compensação pecuniária de que trata a Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 99.425, de 30 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 ago. 1990. Seção 1, p. 15768. Boletim [do] Ministério [da] Aeronáutica [113-8], Rio de Janeiro, RJ, 31 ago. 1990, Fl. 47. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Regimento Interno do Centro de Controle Interno da Aeronáutica: RICA 21-242**. Aprovado pela Portaria CENCIAR nº 30/AMNO, de 20 de fevereiro de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica [36], Rio de Janeiro, RJ, 07 mar. 2019. Terceira Parte, Seção IX, fl. 2582. Brasília, 2019. 37 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Norma do Sistema de Controles Internos da Aeronáutica: NSCA 179-1**. Aprovada pela Portaria nº 1.478/GC3, de 25 de setembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [170], Rio de Janeiro, RJ, 27 set. 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 10397. Brasília, 2018. 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Normas da Auditoria Interna: NSCA 174-2**. Aprovada pela Portaria nº 349/GC3, de 4 de abril de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [58], Rio de Janeiro, RJ, 06 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, fl. 2867. Brasília, 2016. 55 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Regulamento do Centro de Controle Interno da Aeronáutica: ROCA 21-91**. Aprovado pela Portaria nº 915/GC3, de 3 de setembro de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 161, de 8 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Manual de Ressarcimento ao Erário, em formato digital: MCA 174-1**. Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 24/AMNO, de 19 de janeiro de 2022. Publicado pelo Boletim do Comando da Aeronáutica nº 20, de 28 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Plano Anual de Avaliação da Execução de Programas de Gpverno (PAEPG 2020-2022): PCA 174-3.** Aprovado pela Portaria CENCIAR nº 37/AMNO, de 9 de novembro de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 205, de 12 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Padrões de Auditoria Interna: ICA 174-4.** Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 103/AMNO, de 23 de setembro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 172, de 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Elaboração e edição de relatórios: ICA 174-6.** Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 104/AMNO, de 1º de outubro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 3 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Registros no Sistema CGU-PJ: ICA 110-4.** Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 123/AMNO, de 13 de dezembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [219], Rio de Janeiro, RJ, 17 dez. 2018. Terceira Parte, Seção IX, fl. nº 14505. Brasília, 35 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Plano de Acompanhamento de Obras (PAOB 2021): PCA 174-2.** Aprovado pela Portaria CENCIAR nº 6/AMNO, de 9 de novembro de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 43, de 5 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) para o ano de 2021: PCA 174-1.** Aprovado pela Portaria nº 15/GC3, de 11 de janeiro de 2021. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 9, de 14 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Plano Setorial do Centro de Controle Interno da Aeronáutica para o período 2022-2025: PCA 11-105.** Aprovado pela Portaria CENCIAR nº 30, de 2 de fevereiro de 2022. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 30, de 11 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Registro dos Atos de Pessoal: ICA 174-2.** Aprovada pela Portaria CENCIAR nº 29/AMNO, de 19 de fevereiro de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica [31], Rio de Janeiro, RJ, 25 fev. 2019. Terceira Parte, Seção IX, fl. nº 2254. Brasília, DF, 27 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Controle Interno da Aeronáutica. **Demandas Externas: ICA 174-7.** Aprovado pela Portaria CENCIAR nº 9/AMNO, de 4 de fevereiro de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica [24], Rio de Janeiro, RJ, 12 fev. 2019. Terceira Parte, Seção IX, fl. nº 1568. Brasília, 23 p. Republicada. Boletim do Comando da Aeronáutica [29], Rio de Janeiro, RJ, 20 fev. 2019. Terceira Parte, Seção IX, fl. nº 2056. Brasília, 23 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica:**

NSCA 10-2. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 839/DLE, de 1º de maio de 2019. Publicado no Boletim Interno do Comando da Aeronáutica nº 72, de 2 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Centro de Inteligência da Aeronáutica. **Instrução para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos da Aeronáutica (ISAS): ICA 205-47.** Aprovada pela Portaria nº 1869/GC3, de 15 de dezembro de 2015. Boletim do Comando da Aeronáutica [237], Rio de Janeiro, RJ, 28 dez. 2015, fl. 11992. Brasília, 57 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Execução, em Tempo de Paz, do Transporte, em Território Nacional, dos Militares da Aeronáutica: ICA 177-31.** Aprovada pela Portaria nº 938/GC6, de 8 de setembro de 2004. Primeira modificação: Portaria nº 372/GC6, de 31 de março de 2005. Segunda modificação: Portaria nº 779/GC6, de 9 de agosto de 2006. Boletim do Comando da Aeronáutica [152], Rio de Janeiro, RJ, 15 ago. 2006, fl. 4927. Rio de Janeiro, 77 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Manual de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica: MCA 177-2 (Digital).** Aprovado pela Portaria SDPP nº 16/PPCI, de 9 de setembro de 2014. Boletim do Comando da Aeronáutica [172], Rio de Janeiro, RJ, 11 set. 2014, fl. 7767. Rio de Janeiro, paginação irregular. Disponível em: <<http://www.dirad.intraer/index.php/legislacao-pais/manual-eletronico-pais.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP para os Militares e Servidores do Comando da Aeronáutica: ICA 177-42.** Aprovada pela Portaria nº 474/GC4, de 25 de abril de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [72], Rio de Janeiro, RJ, 28 abr. 2016, fl. 2861. Rio de Janeiro, 30 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. Diretoria de Administração da Aeronáutica. **Manual de Transporte de Superfície: MCA 175-1.** Aprovada pela Portaria DIRAD nº 14/1AB5, de 7 de abril de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 62, de 14 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Engenharia. **Instrução para Elaboração, Revisão e Aprovação de Planos Diretores de Organizações Militares: ICA 85-1.** Aprovada pela Portaria COMGAP nº 238/3EM, de 8 de dezembro de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [214], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2016, fl. 10914. Rio de Janeiro, 28 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica. **Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia: ICA 85-16.** Aprovada pela Portaria DIRINFRA nº 92/DGE, de 28 de julho de 2017. Boletim do Comando da Aeronáutica [148], Rio de Janeiro, RJ, 28 ago. 2017. Quinta Parte, Seção III, fl. 8877. Rio de Janeiro, 61 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica. **Manual de Procedimentos Operacionais de Contra Incêndio do Comando da Aeronáutica: MCA 92-3.** Aprovado pela Portaria DIRINFRA nº 212/PT-03, de 3 de setembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [163], Rio de Janeiro, RJ, 18 set. 2018. Quinta Parte, Seção III, fl. 9976. São Paulo, 51 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Noções de Microbiologia na Preservação de Alimentos: FCA 145-10**. Aprovado pela Portaria DIRINT nº 13, de 24 de março de 2008. Boletim do Comando da Aeronáutica [60], Rio de Janeiro, RJ, 31 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Repasse e Comprovação de Etapas: ICA 145-6**. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 199/PP6, de 17 de novembro de 2016. Boletim do Comando da Aeronáutica [5], Rio de Janeiro, RJ, 10 jan. 2017. Quinta Parte, Seção III, Fl. 311.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Homologação da Folha de Pagamento do Pessoal Civil: ICA 177-38**. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 10/DIR, de 21 de fevereiro de 2008. Boletim do Comando da Aeronáutica [39], Rio de Janeiro, RJ, 27 fev. 2008. Quinta Parte, Seção III, Fl. 989.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. **Segurança de Explosivos: MCA 135-2**. Aprovado pela Portaria COMGAP nº 22, de 29 de maio de 2012. Alterado pela Portaria COMGAP nº 12/4EM, de 12 de maio de 2014. Boletim do Comando da Aeronáutica [106], Rio de Janeiro, RJ, 01 jun. 2012. Boletim do Comando da Aeronáutica [105], Rio de Janeiro, RJ, 05 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. **Ordem Técnica nº 002/DIRSA/2017, de 30 de janeiro de 2017**. Permuta de Medicamentos e Materiais de Consumo em Saúde nas Organizações de Saúde da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica [18], Rio de Janeiro, RJ, 01 fev. 2017. Quinta Parte, Seção V, Fl. 1096. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Saúde. **Ordem Técnica nº 004/DIRSA/2014, de 18 de setembro de 2014**. Atividades com Raios X e Substâncias Radioativas nas Organizações de Saúde da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica [191], Rio de Janeiro, RJ, 08 out. 2014. Quinta Parte, Seção V, Fl. 8493. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Portaria nº 20/GABINT, de 22 de abril de 2014**. Dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários destinados à alimentação de pessoal, no exercício de 2014. Boletim do Comando da Aeronáutica [76], Rio de Janeiro, RJ, 24 abr. 2014. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3195. Boletim do Comando da Aeronáutica [88], Rio de Janeiro, RJ, 13 maio 2014. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3785.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Credenciamento de Entidades Consignatárias e Consignações em Folha de Pagamento: ICA 177-2**. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 68, de 5 de julho de 2007. Boletim do Comando da Aeronáutica [130], Rio de Janeiro, RJ, 09 jul. 2007. Quinta Parte, Seção III, Fl. 4156. Boletim do Comando da Aeronáutica [141], Rio de Janeiro, RJ, 25 jul. 2007. Quinta Parte, Seção III, Fl. 4518.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Habilitação à Pensão Civil: ICA 47-3**. Aprovada pela Portaria nº

11/DIRINT, de 18 de junho de 2003. Boletim do Comando da Aeronáutica [114], Rio de Janeiro, RJ, 18 jun. 2003. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3440.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Declaração de Beneficiários: ICA 47-4**. Aprovada pela Portaria DIRINT nº 32/SDIP, de 13 de maio de 2010. Boletim do Comando da Aeronáutica [92], Rio de Janeiro, RJ, 18 maio 2010. Quinta Parte, Seção III, Fl. 3525.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. **Manual de Suprimento: MCA 67-1**. Aprovado pela Portaria DIRMAB nº 32, de 9 de março de 2007. Boletim do Comando da Aeronáutica [95], Rio de Janeiro, RJ, 18 maio 2007. Quinta Parte, Seção IV, Fl. 3022. 480 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. **Normas para Prestação da Assistência Médico-Hospitalar no Sistema de Saúde da Aeronáutica: NSCA 160-5**. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 111/ALE, de 20 de dezembro de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 4, de 7 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Norma do Sistema de Provisões da Aeronáutica: NSCA 168-1**. Aprovada pela Portaria SEFA nº 144/AJUR, de 3 de dezembro de 2021. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 225, de 9 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Diretoria de Intendência. **Sistema de Fardamento Reembolsável: NSCA 168-2**. Aprovada pela Portaria SEFA nº 145/AJUR, de 3 de dezembro de 2021. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 225, de 9 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Apoio. Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico. **Portaria DIRMAB nº R-22, de 3 de setembro de 2004**. Cria o Módulo de Material Bélico do Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS-MB). Boletim do Comando da Aeronáutica Reservado [21], Rio de Janeiro, RJ, 15 set. 2004, Fl. 737. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. **Assistência Complementar do Sistema de Saúde da Aeronáutica: NSCA 160-7**. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 26/DCS, de 31 de outubro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 206, de 12 de novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral de Pessoal. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do Comando da Aeronáutica: NSCA 5-1**. Aprovada pela Portaria COMGEP nº 864/5EM, de 23 de novembro de 2011. Boletim do Comando da Aeronáutica [225], Rio de Janeiro, RJ, 29 nov. 2011. Quarta Parte, Seção IV, fl. 9551. Brasília, 2011. 67 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Política e Estratégia de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica: DCA 360-1**. Aprovada pela Portaria nº 1.395/GC4, de 13 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União [240], Brasília, DF, 15 dez. 2005, Seção 1, p. 11. Boletim do Comando da Aeronáutica [8], Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 2006, fl. 165. Brasília, 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Concepção Estratégica Força Aérea 100: DCA 11-45**. Aprovada pela Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [180], Rio de Janeiro, RJ, 15 out. 2018, fl. 11265. Brasília, 41 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica: ICA 360-1**. Aprovada pela Portaria nº 1.397/GC4, de 13 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União [240], Brasília, DF, 15 dez. 2005, Seção 1, p. 11. Boletim do Comando da Aeronáutica [8], Rio de Janeiro, RJ, 11 jan. 2006, fl. 165. Brasília, 21 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Regulamentação das Organizações: ICA 19-1**. Aprovada pela Portaria nº 80/GC3, de 14 de janeiro de 2005. Diário Oficial da União [14], Brasília, DF, 20 jan. 2005, Seção 1, p. 16. Boletim do Comando da Aeronáutica [18], Rio de Janeiro, RJ, 26 jan. 2005, fl. 545. Brasília, 41 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Instruções para a Elaboração e Execução do Plano Plurianual de Obras do Comando da Aeronáutica: ICA 86-1**. Aprovada pela Portaria EMAER nº 13/5SC1, de 19 de julho de 2005. Boletim do Comando da Aeronáutica [137], Rio de Janeiro, RJ, 26 jul. 2005, fl. 4335. Brasília, 23 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Administração de Próprios Nacionais Residenciais da Aeronáutica: ICA 12-20**. Aprovada pela Portaria nº 2171/GC4, de 12 de dezembro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 229, de 17 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica: ICA 700-1**. Aprovada pela Portaria nº 839/GC3, de 29 de agosto de 2006. Diário Oficial da União [168], Brasília, DF, 31 ago. 2006, Seção 1, p. 6. Boletim do Comando da Aeronáutica [166], Rio de Janeiro, RJ, 04 set. 2006. Terceira Parte, fl. 5444. Brasília, 2006. 20 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Governança no Comando da Aeronáutica: DCA 16-1**. Aprovada pela Portaria nº 2.189/GC3, de 19 de dezembro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 232, de 23 de dezembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica: DCA 16-2**. Aprovada pela Portaria nº 59/7SC, de 5 de novembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [202], Rio de Janeiro, RJ, 21 nov. 2018. Quarta Parte, Seção I, fl. 13058. Brasília, 2018. 43 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira: DCA 16-3**. Aprovado pela Portaria nº 1.868/GC3, de 20 de novembro de 2018. Diário Oficial da União [223], Brasília, DF, 21 nov. 2018, Seção 1, p. 48. Brasília, 49 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Glossário da Aeronáutica: MCA 10-4**. Aprovado pela Portaria EMAER nº 2/3SC2, de 30 de

janeiro de 2001. Boletim Externo Ostensivo [2], EMAER, Brasília, DF, 16 fev. 2001, pág. 12. 164 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica – RISAER: RCA 34-1**. Aprovado pela Portaria nº 1.411/GC3, de 14 de dezembro de 2020. Publicado no Boletim Interno da Aeronáutica nº 229, de 16 de dezembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Processo de Priorização de Projetos: MCA 16-2**. Aprovado pela Portaria EMAER nº 71/7SC, de 18 de dezembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [222], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2018. Quarta Parte, Seção I, fl. 14772. Brasília, 56 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Classificação de Projetos em Níveis de Acompanhamento: MCA 16-3**. Aprovado pela Portaria EMAER nº 70/7SC, de 18 de dezembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [222], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2018. Quarta Parte, Seção I, fl. 14772. Brasília, 27 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. **Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 – 2027: PCA 11-47**. Aprovado pela Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [222], Rio de Janeiro, RJ, 20 dez. 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 14766. Brasília, 42 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 576/GC3, de 2 de maio de 2018**. Institui o Sistema de Controles Internos da Aeronáutica. Diário Oficial da União [84], Brasília, DF, 03 maio 2018. Seção 1, p. 23. Boletim do Comando da Aeronáutica [74], Rio de Janeiro, RJ, 04 maio 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 4412. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 1.163/GC3, de 19 de outubro de 2005**. Estabelece procedimentos para a implantação e execução, no âmbito do Comando da Aeronáutica, da modalidade de licitação denominada pregão, na forma eletrônica, define responsabilidades e dá outras providências. Diário Oficial da União [202], Poder Executivo, Brasília, DF, 20 outubro 2005. Seção 1, p.11. Boletim do Comando da Aeronáutica [199], Rio de Janeiro, RJ, 24 out. 2005, fl. 6530.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 1.309/GC4, de 14 de dezembro de 2004**. Disciplina a utilização, por terceiros, de bens imóveis da União sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica, mediante cessão de uso. Diário Oficial da União [242], Poder Executivo, Brasília, DF, de 17 dez. 2004. Seção 1, p.38. Boletim do Comando da Aeronáutica [239], Rio de Janeiro, RJ, 23 dez. 2004, fl. 6467.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 1.348/GC4, de 3 de setembro de 2015**. Fixa diretrizes e delega competências para autorizar a concessão de diárias e passagens abrangidas pelo Decreto nº 7.689, de 2012 e sua regulamentação. Diário Oficial da União [170], Poder Executivo, Brasília, DF, de 04 set. 2015. Seção 1, p. 9. Boletim do Comando da Aeronáutica [167], Rio de Janeiro, RJ, 08 set. 2015, fl. 8047.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 1.447/GC3, de 19 de setembro de 2018**. Institui o Sistema de Gestão Ambiental (SISGA). Boletim do Comando da Aeronáutica [166], Rio de Janeiro, RJ, 21 set. 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 10106. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 582/GC4, de 6 de maio de 2015**. Regulamenta os procedimentos para a celebração de convênios, termos de execução descentralizada, termos de parceria, protocolos de intenções e instrumentos congêneres que envolvam a transferência de recursos no âmbito do Comando da Aeronáutica, nos termos que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial da União [85], Poder Executivo, Brasília, DF, 07 maio 2015. Seção 1, p.10. Boletim do Comando da Aeronáutica [86], Rio de Janeiro, RJ, 11 maio 2015, fl. 3816.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 199/GC3, de 15 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre datas comemorativas e a aplicação de recursos públicos em eventos institucionais, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 232, de 20 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 237/GC3, de 8 de fevereiro de 2022**. Dispõe sobre classificação e qualificação de Unidades do Comando da Aeronáutica, no SIAFI e a correlação entre apoiadas e apoiadoras. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 29, de 10 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 359/GC4, de 6 de abril de 2016**. Dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação no âmbito das Organizações Militares (Organização Militar) do Comando da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica [62], Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2336. Boletim do Comando da Aeronáutica [63], Rio de Janeiro, RJ, 13 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2396. Boletim do Comando da Aeronáutica [72], Rio de Janeiro, RJ, 28 abr. 2016. Terceira Parte, Seção I, Fl. 2858. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 616/GC3, de 27 de maio de 2017**. Dispõe sobre o Plano de Provas Aéreas e o Plano de Provas de Salto em Paraquedas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 94, de 1º de junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Bens e Valores para o exercício de cargos e funções no âmbito do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Boletim do Comando da Aeronáutica [92], Rio de Janeiro, RJ, 19 maio 2014. Terceira Parte, Seção I, Fl. 3914. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 785/GC6, de 18 de agosto de 2009**. Define condições para o pagamento do direito pecuniário de Ajuda de Custo ou Diária, nos casos de movimentação ou afastamento de militar, para fora de sede, sem desligamento de sua Organização Militar de origem. Boletim do Comando da Aeronáutica [155], Rio de Janeiro, RJ, 20 ago. 2009. Terceira Parte, Seção I, Fl. 5468. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 976/GC6, de 23 de dezembro de 2002**. Estabelece as condições para a concessão, o pagamento e o controle do auxílio-invalidez, no âmbito do Comando da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica [2], Rio de Janeiro, RJ, 03 jan. 2003. Terceira Parte, Seção I, Fl. 74. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 500/GC1, de 11 de abril de 2017**. Dispõe sobre a contratação de Auxiliares Locais. Diário Oficial da União [68],

Brasília, DF, 12 abr. 2017. Seção 1, p. 11. Boletim do Comando da Aeronáutica [64], Rio de Janeiro, RJ, 19 abr. 2017. Terceira Parte, Seção I, fl. 3665. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 650/GC4, de 10 de maio de 2018**. Dispõe sobre a instauração e o julgamento do processo de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica. Boletim do Comando da Aeronáutica [80], Rio de Janeiro, RJ, 14 maio 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 4749. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 969/GC4, de 29 de junho de 2018**. Dispõe sobre o acesso e a utilização do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados no âmbito do Comando da Aeronáutica. Boletim do Comando da Aeronáutica [116], Rio de Janeiro, RJ, 09 jul. 2018. Terceira Parte, Seção I, fl. 6855. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Diretoria de Administração do Pessoal. **Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal (eletrônico)**. Aprovado pela Portaria DIRAP nº 2.126/SDEE, de 29 de março de 2019. Boletim do Comando da Aeronáutica [53], Rio de Janeiro, RJ, 02 abr. 2019. Quinta Parte, Seção I, fl. 3992. Brasília, paginação irregular.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. **Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica: MCA 172-3 (Digital)**. Brasília, paginação irregular. Disponível em: <<http://www.sefa.intraer/index.php/serviços/manuais/mca-172-3>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. ICA 12-23, de 2019. **Fiscalização e Recebimento de Bens e de Serviços e de Aplicação de Sanções Administrativas: ICA 12-23**. Aprovada pela Portaria Nº 1.672/GC4, de 20 de setembro de 2019. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 172, de 25 de setembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. **Regulamento de Administração da Aeronáutica – RADA: RCA 12-1**. Aprovado pela Portaria nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 17, de 26 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. Diretoria de Administração da Aeronáutica. Centro de Apoio Administrativo. **Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas: MCA 172-4**. Aprovado pela Portaria SEFA Nº 31/AJUR, de 30 de abril de 2020. Publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 70, de 27 de abril de 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. Diretoria de Administração da Aeronáutica. Recebimento de Artigos de Subsistência: ICA 145-7. Aprovada pela Portaria DIRAD nº 401/AB4-1, de 21 de novembro de 2018. Boletim do Comando da Aeronáutica [5], Rio de Janeiro, RJ, 09 jan. 2019. Quinta Parte, Seção IV, Fl. 299. Brasília, 2019. 108 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa: MD51-M-04**. Aprovada pela Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007. 2ª ed. Boletim nº 006/MD, 09 fev. 2007. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01**. Aprovado pela Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. 5ª ed. Diário Oficial da União [14], Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jan. 2016, Seção 1, p. 8. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 4.411, de 27 de outubro de 2021**. Dispõe sobre as hipóteses de cessão de uso para atividades de apoio de bens imóveis da União sob a responsabilidade da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra, da Escola Superior de Defesa e do Hospital das Forças Armadas, e delega competência para emitir a correspondente autorização. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 208, p. 41, 5 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 1.243, de 21 de setembro de 2006**. Dispõe sobre os procedimentos gerais referentes à gestão de processos, no âmbito do Ministério da Defesa e dos Comandos das Forças Armadas. Diário Oficial da União [184], Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2006, Seção 1, p. 5.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 20/MD, de 17 de março de 2016**. Delega competência aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a prática dos atos de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e dá outras providências. Diário Oficial da União [54], Poder Executivo, Brasília, DF, 21 mar. 2016. Seção 1, p. 9.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Nº 4.036/GM-MD, de 2 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre as diretrizes para a aplicação de recursos públicos em solenidades, cerimoniais, homenagens, eventos comemorativos, recepções, troca de brindes e quaisquer outros eventos do gênero por órgãos e unidades da administração central do Ministério da Defesa, pelos Comandos das Forças Singulares e pelas entidades vinculadas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, nº 244, p. 16, 22 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 48/MD, de 11 de dezembro de 2017**. Aprova a Política de Uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados (CGU-PJ) no âmbito do Ministério da Defesa. Diário Oficial da União [3], Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jan. 2018. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 660/MD, de 19 de maio de 2009**. Aprova o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas. Diário Oficial da União [95], Poder Executivo, Brasília, DF, 21 maio 2009, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas: MD42-R-01**. Aprovado pela Portaria Normativa nº 753/MD, de 30 de março de 2015. 1ª ed. Diário Oficial da União [61], Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2015, Seção 1, p. 12. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Conselho Nacional de Política Fazendária. Convênio s/nº, de 15 de dezembro de 1970**. Cria o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais - SINIEF, incorporando às suas respectivas legislações tributárias as normas consubstanciadas neste convênio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 1971.

Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/sinief/cvsn_70>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 jan. 2012. Seção 1, p. 22. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009**. Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 nov. 2009. Seção 1, p. 35. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/consulta.action>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Diário Oficial da União [22], Brasília, DF, 31 jan. 1997. Seção 1, p. 1887. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/041700/041701/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Instrução Normativa nº 6, de 31 de outubro de 2007**. Disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão. Diário Oficial da União [217], Brasília, DF, 12 nov. 2007. Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/042700/042706/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI: Manual Web (Módulo 021130, versão 23)**. Brasília: STN, 28 mar. 2018 [Despesas com TI]. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/020000/021100/021130/>>. Acessos em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional; Secretaria Federal de Controle. **Instrução Normativa Conjunta, de 10 de maio de 2000**. Disciplina procedimentos e prazos para o arquivamento de documentos e registro de conformidade. Diário Oficial da União [90], Brasília, DF, 11 maio 2000. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/040000/042000/042004/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. **Portaria nº 236, de 22 de dezembro de 1994**. Aprova o Regulamento Técnico Metrológico, estabelecendo as condições que deverão ser observadas na fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos. Diário Oficial

da União [4], Brasília, DF, 05 jan. 1995. Seção 1, p. 299. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/rtac/pdf/rtac000180.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 169, de 15 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 ago. 2017. Seção 1, p. 166. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0169_15_08_2017.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 453, de 1º de junho de 1998**. Aprova o Regulamento que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnóstico médico e odontológico, dispõe sobre o uso dos raios-x diagnósticos em todo o território nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União [103-E], Brasília, DF, 02 jun. 1998. Seção 1, p. 7. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/anvisa/legis/portarias/453_98.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 1998. Seção 1, p. 37 [31 dez. 1998. Seção 1, p. 50]. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017**. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União [111], Brasília, DF, 12 jun. 2017. Seção 1, p. 50.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa SFC nº 7, de 6 de dezembro de 2017**. Altera o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União [234], Brasília, DF, 07 dez. 2017. Seção 1, p. 959.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa SFC nº 9, de 9 de outubro de 2018**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União [197], Brasília, DF, 11 out. 2018. Seção 1, p. 72. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-9-de-9-de-outubro-de-2018.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 8, de 6 de dezembro de 2017**. Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União [235], Brasília, DF, 08 dez. 2017. Seção 1, p. 205.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna**

Governamental do Poder Executivo Federal. Aprovado pela Instrução Normativa nº 8, de 6 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União [235], Brasília, DF, 08 dez. 2017. Seção 1, p. 205. Brasília, 149 p.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.** Aprovado pela Instrução Normativa SFC nº 3, de 9 de junho de 2017. Diário Oficial da União [111], Brasília, DF, 12 jun. 2017. Seção 1, p. 50. Brasília, 34 p.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa nº 9, de 9 de outubro de 2018.** Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União [197], Brasília, DF, 11 out. 2018. Seção 1, p. 72.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Portaria nº 1.196, de 23 de maio de 2017.** Regulamenta o uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados (CGU-PJ) no âmbito do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União [101], Poder Executivo, Brasília, DF, 29 maio 2017. Seção 1, p. 74.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. Secretaria Federal de Controle Interno. **Portaria nº 363, de 14 de fevereiro de 2020.** Altera o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna da Controladoria-Geral da União (PRO-Qualidade). Disponível em: < <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/43537>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. **Portaria nº 148, de 24 de março de 2011.** Revoga a Portaria Inmetro nº 83, de 1º de junho de 1990 e assegura a convalidação dos atos praticados. Diário Oficial da União [59], Brasília, DF, 28 mar. 2011. Seção 1, p. 106. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001689.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. **Portaria nº 23, de 25 de fevereiro de 1985.** Instruções relativas às condições a que devem satisfazer as bombas medidoras utilizadas em medições de volume de combustíveis líquidos. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000058.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade industrial. **Portaria INMETRO Nº 88, de 12 de fevereiro de 2021.** Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado que estabelece os critérios que deverão ser observados na fabricação e utilização dos instrumentos medidores de comprimento. **Diário Oficial da União:** Seção 1, Brasília, DF, nº 31, p. 64, 17 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011.** Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Diário Oficial da União [92], Brasília, DF, 16 maio 2011. Seção

1, p. 89. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=646>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 316, de 29 de outubro de 2002**. Dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos. Diário Oficial da União [224], Brasília, DF, 20 nov. 2002. Seção 1, p. 92. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=338>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União [84], Brasília, DF, 04 maio 2005. Seção 1, p. 63. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 273, de 29 de novembro de 2000**. Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jan. 2001. Seção 1, p. 20. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=271>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Diário Oficial da União [247], Brasília, DF, 22 dez. 1997. Seção 1, p. 30841. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria nº 363, de 28 de novembro de 2016**. Estabelece normas e diretrizes para a atualização cadastral dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional, constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), e dos anistiados políticos civis, e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 2016. Seção 1, p. 43. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=12939>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Portaria nº 66, de 31 de março de 2017**. Dispõe sobre critérios de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União, operacionalizadas por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 abr. 2017. Seção 1, p. 99. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/legislacao/portarias/portaria-n-66-de-31-de-marco-de-2017>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**. Dispõe sobre as regras e diretrizes do

procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União [100], Brasília, DF, 26 maio 2017. Seção 1, p. 90. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público. **Orientação Normativa nº 4, de 14 de fevereiro de 2017**. Estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 fev. 2017. Seção 1, p. 68. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/pesquisaTextual/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=13212>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Gestão de Pessoas. **Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018**. Estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), quanto à jornada de trabalho de que trata o Art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle de frequência, a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos, em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União [177]. Brasília, DF, 13 set. 2018. Seção 1, p. 100.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portaria nº 11, de 13 de janeiro de 2016**. [Trata do valor mensal do auxílio-alimentação de que trata o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a ser pago aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2016. Seção 1, p. 57. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPub.htm?id=11624>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010**. Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG. Diário Oficial da União [196], Brasília, DF, 13 out. 2010. Seção 1, p. 41. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/406-instrucao-normativa-n-02-de-11-de-outubro-de-2010>>. Acesso em: 29 jul 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020**. Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 150, p. 19, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-73-de-5-de-agosto-de-2020>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Recursos Humanos. **Portaria Normativa nº 4, de 15 de setembro de 2009**. Estabelece orientações para aplicação do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 2009. Seção 1, p. 97. Disponível em: <<https://conlegis.planejamento.gov.br/conlegis/legislacaoAvancada/atoNormativoDetalhesPublic.htm?id=6976>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Portaria nº 247, de 12 de junho de 2011**. Altera a Norma Regulamentadora nº 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): NR 5. Diário Oficial da União [134], Brasília, DF, 14 jul. 2011. Seção 1, p. 82.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Norma Regulamentadora nº 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): NR 5**. Aprovada pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978. Alterada pela Portaria nº 247, de 12 de junho de 2011. Diário Oficial da União [134], Brasília, DF, 14 jul. 2011. Seção 1, p. 82.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 3.214, 8 de junho de 1978**. Aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 jul. 1978.

BRASIL. Presidência da República. Advocacia-Geral da União. **Orientação Normativa nº 11, de 1º de abril de 2009**. [Apuração de responsabilidade no caso de contratação direta por situação emergencial]. Diário Oficial da União [66], Brasília, DF, 07 abr. 2009. Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/189172>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Advocacia-Geral da União. **Orientação Normativa nº 17, de 1º de abril de 2009, alterado pelo Art. 2º da Portaria AGU nº 572, de 13 de dezembro de 2011**. Razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação. Diário Oficial da União [66], Brasília, DF, 07 abr. 2009. Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/189178>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Imprensa Nacional. **Portaria nº 283, de 2 de outubro de 2018**. Dispõe sobre normas para a publicação e o pagamento de atos no Diário Oficial da União. Diário Oficial da União [191], Poder Executivo, Brasília, DF, 03 out. 2018. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Presidência da República. Comissão Nacional de Energia Nuclear. **Resolução CNEN nº 4, de 19 de abril de 1989**. Suspende a concessão de autorização para utilização de material radioativo em para-raios e determina o recolhimento imediato, à CNEN, do material radioativo remanescente dos para-raios desativados. Disponível em: <http://memoria.cnen.gov.br/Doc/pdf/Legislacao/RS_CNENCD_04_1989.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994**. Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 fev. 1994. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1054.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995**. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 1995. Seção 1, p. 12114. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1590.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997**. Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o Capítulo V da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, que dispõe sobre o regime de contratação dos Auxiliares Locais. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 ago. 1997. Seção 1, p. 17528. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/D2299.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018**. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 225, p. 54, 23 nov. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51525535/do1-2018-11-23-decreto-n-9-580-de-22-de-novembro-de-2018-51525026. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 maio 1999. Seção 1, p. 50. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3048.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000**. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União [174], Poder Executivo, Brasília, DF, 08 set. 2010. Seção 1, p. 113. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001**. Regulamenta a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3725.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001**. Regulamenta o Art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, que dispõe sobre o auxílio-alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 ago. 2001. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2001/D3887.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 32.604, de 22 de abril de 1953**. Regulamenta a Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, no que se refere aos militares [manipuladores e manipulados de radiologia]. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 1953. Seção 1, p. 74000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32604-22-abril-1953-329724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002**. Regulamenta a Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4307.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019**. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 184, p. 4, 23 set. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10024.htm. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 8-A, p. 2, 12 jan. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10936.htm#art91. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5992.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008**. Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 set. 2008 [15 set. 2008]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6555.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo Direção e

Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da União [82], Poder Executivo, Brasília, DF, 04 maio 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6834.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009**. Regulamenta o Art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2009. Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.193 de 27 de dezembro de 2019**. Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, nº 251, p. 119, 30 dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10193.htm#art11. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jan. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7892.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.922, de 18 de fevereiro de 2013**. Regulamenta as Gratificações de Qualificação - GQ, instituídas pelas Leis nº 9.657, de 3 de junho de 1998, nº 10.871, de 20 de maio de 2004, nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, e nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 fev. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7922.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013**. Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7983.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015**. Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 2015 [21 out. 2015]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8538.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 81.384, de 22 de fevereiro de 1978**. Dispõe sobre a Concessão de gratificação por atividades com raios-x ou substância radioativas e outras vantagens, previstas na Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 fev. 1978. Seção 1, p. 2672. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D81384.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 84.905, de 14 de julho de 1980**. Autoriza o Ministério da Aeronáutica a ceder, sob o regime de arrendamento, imóveis sob a sua jurisdição, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jul. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D84905.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017**. Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado. Diário Oficial da União [211], Poder Executivo, Brasília, DF, 03 nov. 2017. Seção 1, p. 16. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9191.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União [224], Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2017. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9203.htm>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018**. Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 maio 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 set. 2018. Seção 1, p. 3. [Vigente a partir de 22 jan. 2019, revogando o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997].

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.520, de 4 de outubro de 2018**. Altera o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa. Diário Oficial da União, Edição Extra [193], Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 2018. Seção 1, p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9520.htm>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986**. Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo,

Brasília, DF, 03 abr. 1986. Seção 1, p. 4758. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1980-1989/D92512.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 99.425, de 30 de julho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 7.963, de 21 de dezembro de 1989, que concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 jul. 1990. Seção 1, p. 14551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D99425.htm>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 99.509, de 5 de setembro de 1990**. Veda contribuições com recursos públicos, em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 set. 1990. Seção 1, p. 17015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99509.htm>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-Lei/Del9760.htm>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). **Instrução Normativa nº 142, de 5 de agosto de 1983**. Destinada a orientar os órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG quanto à aplicação harmônica dos preceitos legais que menciona. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1983, Seção 1. Disponível em: <<http://inmetro.gov.br/legislacao/laf/pdf/LAF000168.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001**. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 set. 2001. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2215-10.htm>. Acesso em: 03 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Administração Pública. **Instrução Normativa nº 205, de 8 de abril de 1988**. Racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 abr. 1988. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/in/in205_88.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de Redação da Presidência da República**. Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira

Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018. 189 p. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1019/2013 – TCU – Plenário. Representação.** Prestação de serviços de publicidade e propaganda. Mudança ilícita de composição societária de licitante. Fraude à licitação. Contratação direta. Orçamentação deficiente. Fuga ao regular certame licitatório. Servidor da entidade figurava como sócio da contratada. Violação do princípio da moralidade. Multa. Relator: Benjamin Zymmler. Brasília, 24 abr. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1212/2014 – TCU – Plenário.** Monitoramento das determinações do Acórdão 2859/2013 - Plenário. Revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária). Necessidade de adoção de medidas para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes e para o ressarcimento dos valores pagos a maior, em relação às avenças já encerradas. Determinações parcialmente cumpridas. Apensamento ao processo de origem. Adoção de medidas suplementares para tornar efetivo o comando dos itens 9.2.3 e 9.3 da decisão monitorada. Relator: José Múcio Monteiro. Brasília, 14 maio 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1215/2013 – TCU – Plenário.** Representação. Seleção de entidade privada para a prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, no estado de São Paulo. Caracterização de que a entidade selecionada – Associação Hospitalar de Bauru – não atendia a alguns dos requisitos previstos no Edital de Convocação Pública 5/2007. Representação parcialmente procedente. [...]. Relator: Aroldo Cedraz. Brasília, 22 maio 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 163/2012 – TCU – Plenário.** Copa do Mundo de 2014. Adequação do Terminal de Passageiros 1 do aeroporto do Galeão/RJ. Sobrepreço em preços unitários e quantitativos. Licitação do tipo RDC. Correção do edital pela Infraero. Ciência aos interessados. Necessidade de regulamentar o trâmite processual dos autos relacionados ao Regime Diferenciado de Contratação (Lei nº 12.461, de 2011). Determinação à Segecex. Arquivamento. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 01 fev. 2012. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1732/2009 – TCU – Plenário.** Relatório de levantamento de auditoria. Fiscobras 2007. Implantação do terminal de Pecém/CE. Diversas irregularidades. Ausência de três propostas válidas em licitação na modalidade convite. Inobservância ao princípio da isonomia no processamento de licitação. Descumprimento de determinação do TCU. Rejeição de razões de justificativa. Multa. Determinações. Ausência de óbices à execução orçamentária e financeira do empreendimento. Ciência ao Congresso Nacional. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 05 ago. 2009. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário.** Administrativo. Conclusão dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interdisciplinar constituído por determinação do Acórdão nº 2.369/2011 – TCU – Plenário. Adoção de valores referenciais de taxas de Benefício e Despesas Indiretas – BDI para diferentes tipos de obras e

serviços de engenharia e para itens específicos para a aquisição de produtos. Revisão dos parâmetros que vêm sendo utilizados pelo Tribunal de Contas da União por meio dos Acórdãos n.ºs. 325/2007 e 2369/2011, ambos do Plenário. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Brasília, 25 set. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 2622/2015 – TCU – Plenário**. Ata n.º 42/2015. Brasília, DF, 21 out. 2015. Levantamento. Governança e gestão das aquisições na Administração Pública Federal. Análise sistêmica das oportunidades de melhoria. Recomendações aos órgãos governantes superiores. Relator: Augusto Nardes. Diário Oficial da União [206], Brasília, DF, 28 out. 2015. Seção 1, p. 97. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 2859/2013 – TCU – Plenário**. Representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU (Selog). Possível irregularidade em diversos contratos da Administração Pública Federal. Não revisão de preços nos contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária). Conhecimento. Necessidade de adoção de medidas para a revisão dos contratos de prestação de serviços ainda vigentes e para o ressarcimento dos valores pagos a maior, em relação às avenças já encerradas. Determinações. Monitoramento. Relator: José Múcio Monteiro. Brasília, 23 out. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 3006/2010 – TCU – Plenário**. Representação. Pregão Eletrônico NERJ/MS 72/2006. Possíveis irregularidades. Realização de inspeção. Conhecimento. Procedência parcial. Fixação de prazo para repactuação contratual. Expedição de alerta. Ciência aos interessados. Arquivamento. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 10 nov. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 351/2010 – TCU – Plenário**. Consulta. Aquisição de gêneros alimentícios diretamente dos produtores rurais e organizações de produtores, cadastrados pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. Não-atendimento dos requisitos de admissibilidade. Caso concreto. Não conhecimento. Envio de informações, em caráter excepcional. Relator: Marcos Bemquerer Costa. Brasília, 03 mar. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão n.º 352/2016 – TCU – Plenário**. Relatório de auditoria. Fiscalização de orientação centralizada. Avaliação de ajustes firmados por órgãos estaduais e municipais com entidades privadas para a disponibilização de profissionais de saúde para atuarem em unidades públicas de saúde. Inexistência de estudos que demonstrem as vantagens de terceirização de serviços de saúde. Baixa ou nenhuma participação do Conselho Municipal de Saúde nas decisões. Ausência de planilha de composição de custos unitários. Fiscalização deficiente. Celebração de contrato de gestão com entidade privada não qualificada como organização social e com entidade privada com fins lucrativos. Termos de parcerias celebrados para mera intermediação de mão de obra, sem que a entidade tenha capacidade instalada própria. Oitivas. Determinações. Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 24 fev. 2016. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 408/2012 – TCU – Plenário**. Representação. Irregularidades em edital de credenciamento. Adoção de critérios classificatórios que não se coadunam com o instituto do credenciamento. Conhecimento. Procedência parcial. Fixação de prazo para anulação do certame. Monitoramento. Ciência. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 29 fev. 2012. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 49/2000 – TCU – Primeira Câmara**. Tomada de Contas Especial. CINDACTA II. Recebimento indevido de valores, a título de férias e abono pecuniário, por ocasião do desligamento de servidor da FAB. Responsável revel. Contas irregulares. Débito. Determinação. Remessa de cópia ao MPU. Relator: Marcos Vilaça. Brasília, 15 fev. 2000. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 5178/2013 – TCU – Primeira Câmara**. Representação. Convênio. Recursos do FAT. Contratação de prestação de serviços educacionais de qualificação profissional. Utilização de sistema de credenciamento. Irregularidades no modelo implantado. Audiência da gestora responsável. Não acolhimento das justificativas. Atenuantes. Conhecimento. Procedência. Ciência aos interessados. Relator: Augusto Sherman Cavalcanti. Brasília, 30 jul. 2013. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 585/2005 – TCU – Segunda Câmara**. Auditoria. Fundo Nacional de Saúde. Apuração de denúncias de possíveis irregularidades quanto à liberação de recursos federais e aprovação das prestações de contas. Período de abrangência de 1998 a 2001. Audiência da representante do Fundo em Minas Gerais. Realização de inspeções em diversos municípios do Estado de Minas Gerais. Conversão de alguns processos em tomadas de contas especiais e audiência dos responsáveis em outros autos. Acolhimento das justificativas da representante em Minas Gerais. Determinações. Recomendações. Juntada às contas. Relator: Lincoln Magalhães da Rocha. Brasília, 19 abr. 2005. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 694/2014 – TCU – Plenário**. Representação. Possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratação de serviço de produção de materiais gráficos. Conhecimento. Adoção de medida cautelar, ante a presença dos pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. Confirmação de impropriedades que não possuem potencial lesivo capaz de macular o certame. Procedência parcial. Revogação da medida cautelar. Ciência. Relator: VALMIR CAMPELO. Brasília, 26 mar. 2014. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 784/2018 – TCU – Plenário**. Representação. Recursos do Sistema Único de Saúde. Contratação complementar de prestadores de serviços de saúde. Notícia sobre a execução de despesas sem a realização de prévia licitação e sem cobertura contratual, bem como de emprego de convênio em vez de contrato administrativo. Comprovada a realização de chamamento público para credenciamento de entidades prestadoras de serviços ambulatorial, hospitalar e de apoio diagnóstico e terapêutico para atender, de forma complementar, a Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração baseada na tabela do SUS. Emprego indevido da denominação de convênio, porquanto os ajustes se caracterizam como contratos administrativos. Execução de despesas sem cobertura contratual. Determinação ao ente municipal para providenciar, se ainda não o fez, a assinatura dos contratos, nos termos da legislação aplicável. Relator: Marcos Bemquerer

Costa. Brasília, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão nº 1230/2002 – TCU – Plenário**. Representação a respeito de contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada – STFC. Conhecimento. Provimento. Entendimento do Tribunal. Recomendação à Anatel. Ciência aos interessados, aos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU. Interessados: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro e Global Village Telecom Ltda. – GVT. Relator: Iram Saraiva. Brasília, 18 set. 2002. Diário Oficial da União [188], Brasília, DF, 27 set. 2002. Seção 1, p. 140. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão nº 196/2001 – TCU – Plenário**. Representação formulada por licitante. Questionamentos quanto à legalidade da contratação de serviços de telefonia móvel celular, realizada por órgãos públicos, mediante inexigibilidade de licitação. Procedência parcial. Determinação. Interessada: Americel S. A. Relator: Valmir Campelo. Brasília, 11 abr. 2001. 2008. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão nº 444/1993 – TCU – Plenário**. MJ. Secretaria de Polícia Federal. Consulta sobre a possibilidade de realizar pagamento antecipado na compra de veículos especiais. Situação a envolver segurança pública e repercussão social. Excepcionalidade admitida. Conhecimento. Interessado: Ministro de Estado da Justiça. Relatora: Élvia L. Castello Branco. Brasília, 06 out. 1993. Diário Oficial da União [204], Brasília, DF, 26 out. 1993. Seção 1, p. 16041. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão nº 656/1995 – TCU – Plenário**. Consulta formulada pelo Ministério da Educação. Possibilidade de contratação de serviços médico-assistenciais a servidores e dependentes, por meio de credenciamento de entidades e profissionais na área de saúde. Conhecimento. Interessado: Dr. Luciano Oliva Patrício, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Interino. Relator: Homero Santos. Brasília, 06 dez. 1995. Diário Oficial da União [248], Brasília, DF, 28 dez. 1995. Seção 1, p. 22557. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão Normativa TCU nº 163, de 6 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a relação das unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas de 2017 julgadas pelo Tribunal e especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e das instâncias supervisoras que comporão os processos de contas, nos termos do art. 4º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. Diário Oficial da União [238], Brasília, DF, 13 dez. 2017. Seção 1, p. 145.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012**. Dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial (Anexo III da Ata nº 49, de 28 de novembro de 2012 – TCU – Plenário – Sessão Ordinária). Alteração: Instrução Normativa TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016. Diário Oficial da União [235], Brasília, DF, 06 dez. 2012. Seção 1, p. 133. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CIN%5C20121204%5CINT2012-071.rtf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Súmula nº 253/2010 – TCU**. Aprovada pelo Acórdão nº 624/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Itens de materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas com incidência de taxa de BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de Súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. Converte-se em Súmula o entendimento, pacificado no âmbito do TCU, no sentido de que, comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de taxa de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 31 mar. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Súmula nº 258/2010 – TCU**. Aprovada pelo Acórdão nº 1350/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Proposição de Súmula com o intuito de consolidar o entendimento de que as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI devem integrar o orçamento que compõe o projeto básico de obra ou serviço de engenharia e devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes. Fixação de prazo para apresentação de emendas ou sugestões. Decurso do prazo concedido sem o oferecimento de emendas ou sugestões. Pertinência da proposta. Aprovação. Converte-se em Súmula o entendimento pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, no sentido de que "As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão ‘verba’ ou de unidades genéricas”. Relator: Benjamin Zymler. Brasília, 09 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Súmula nº 259/2010 – TCU**. Aprovada pelo Acórdão nº 1380/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Definição do critério de aceitabilidade dos preços unitário e global. Obrigação do gestor. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. Converte-se em Súmula o entendimento, pacificado no âmbito do TCU, no sentido de que a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 16 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Súmula nº 260/2010 – TCU**. Aprovada pelo Acórdão nº 1524/2010 – TCU – Plenário. Administrativo. Projeto de Súmula. Exigência de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. Obrigação do gestor. Conveniência e oportunidade da proposição. Matéria pacificada no âmbito do TCU. Inclusão do entendimento na base de súmulas da jurisprudência predominante do Tribunal. Converte-se em Súmula o entendimento, pacificado no âmbito do TCU, no sentido de que a exigência de apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART é obrigação e não faculdade do gestor. Relator: Augusto Nardes. Brasília, 30 jun. 2010. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/inicio/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TSP 07** – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017 [vigente a partir de 01 jan. 2019]. Diário Oficial da União [187], Brasília, DF, 28 set. 2017. Seção 1, p. 146. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade – **ITG 2000 (R1), de 5 de dezembro de 2014**. Altera a Interpretação Técnica ITG 2000, que dispõe sobre escrituração contábil. Diário Oficial da União [241], Brasília, DF, 12 dez. 2014, Seção 1, p. 326. Brasília, DF. Disponível em: <www2.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001330&arquivo=Res_1330.doc>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.330, de 18 de março de 2011**. Aprova a ITG 2000 – Escrituração Contábil. Diário Oficial da União [55], Brasília, DF, 22 mar. 2011, Seção 1, p. 152. Disponível em: <www2.cfc.org.br/sisweb/ser/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001330&arquivo=Res_1330.doc>. Acesso em: 19 nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. **Decisão nº 365, de 25 de abril de 2014**. Estabelece que no âmbito da Engenharia ou da Agronomia os serviços de engenharia e agronomia que exigem habilitação legal para sua elaboração, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o CREA, não poderão ser classificados como ‘serviços comuns’. Sessão Plenária Ordinária 1.409, Brasília, 23 a 25 abr. 2014. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/lista_ementas.asp>. Acesso em: 14 ago. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. **Resolução nº 361, de 10 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a conceituação de Projeto Básico em Consultoria de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 1991. Seção 1, p. 28777. Disponível em: <<http://normativos.confea.org.br/downloads/0361-91.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país**. São Paulo: Publifolha, 2018, 21 ed. 486 p.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997, 3 ed. 400 p.

PERIARD, Gustavo. **Matriz GUT: Guia completo**. [S.l.], 03 nov. 2011: não paginado. Disponível em: <<http://www.sobreadministracao.com/matriz-gut-guia-completo/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

ROCHA, Hugo. **5W2H: o que significa, para que serve, como fazer e exemplos**. [S.l.], 06 fev. 2018: não paginado. Disponível em: <<https://klickpages.com.br/blog/5w2h-o-que-significa/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto**. São Paulo: Contexto, 2018. 7 ed., 5ª reimpressão. 105 p.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. **Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna**: Normas. Tradução do Instituto dos Auditores Internos do Brasil. São Paulo, 2017. 25 p. Original inglês.

ZINSSER, William. **Como Escrever Bem: o clássico manual americano de escrita jornalística e de não ficção (On Writing Well)**. Tradução [de] Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Três Estrelas, 2017. 278 p.

ALVIN A. Arens Randal J. Elder – Mark S. Beasley, **Auditing and Assurance Services: an Integrated Approach**, 2012, Prentice Hall.

AUDREY A. GRAMLING - Karla M. Johnstone - Larry E. Rittenberg, Auditoria, 2012, São Paulo, Cengage Learning. • John W. Cook - Gay M. Minkls, **Auditoria: Filosofia e Técnica**, 1976, São Paulo, Saraiva.

WILLIAM ATTIE, **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. 2018, Atlas.

WILLIAM C. BOYTON, Raymond N. Johnson, Walter G. Kell, **Auditoria**, 2008, São Paulo, Atlas.

ANEXO A - DIREÇÃO, CONTROLES INTERNOS E RISCOS CORPORATIVOS

A.1 - DIRIGENTE MÁXIMO

A.1.1. É desenvolvida a gestão ambiental no âmbito da OM, com base em normas elaboradas que prevejam o correto manejo dos recursos minerais e dos recicláveis, a educação, consciência e prática da preservação ambiental? (Decreto nº 5.940, de 2006; item 2.4.10 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.2. Os bens imóveis disponíveis e os bens móveis inservíveis ou excluídos, bem como a matéria-prima aproveitável, oriunda de exclusão, sempre que não tiverem aplicação na OM e desde que não haja interessados de outras UG, estão sendo alienados? (Item 3.1.1.1 do Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.3. Foram estabelecidas instruções formais que exijam a verificação periódica dos militares e civis quanto ao uso dos equipamentos de proteção individual (EPI) na execução das atividades que coloquem em risco a integridade física do trabalhador? (Art. 166 da Lei nº 6.514, de 1977).

A.1.4. Há instruções formais para a substituição de todos os para-raios que utilizem material radioativo? (Resolução CNEN nº 4, de 19 de abril de 1989; NBR 5419-1, de 2015, da ABNT; item 2.2.13.2 do Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.5. Há um plano de redução dos gastos com serviços públicos dotado de medidores físicos, indicadores de gestão e medidas corretivas, visando alcançar as metas definidas ao início de cada exercício financeiro? (Itens 2.2 e 2.3 da DCA 14-12/2018).

A.1.6. No âmbito da UG que dispõe de equipamentos radioativos, são realizadas auditorias periódicas (a cada dois anos, pelo menos), internas e externas, para rever a execução e a eficácia do Programa de Proteção Radiológica? (Item 3.55 da Portaria nº 453, de 1º de junho de 1998, da SVS/MS).

A.1.7. Os fiscais de contrato estão acompanhando e fiscalizando os contratos administrativos conforme previsto no Manual de Contratações Públicas do COMAER – Digital e no módulo 6 do MCA 172-4 – Digital?

A.1.8. Por ocasião do encerramento do exercício financeiro, o Dirigente Máximo designou, por indicação do ACI, comissões de no mínimo três membros, compostas por elementos estranhos à atividade de cada setor, para realizar os inventários analíticos dos bens patrimoniais (imóveis, móveis permanentes, incorpóreos ou intangíveis, incluindo-se os de informática, móveis de consumo de uso duradouro e de consumo em estoque)? (Item 7.2 do módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.9. Foi elaborado, aprovado e publicado em BCA, o Programa de Trabalho Anual, no qual foram quantificados em termos de metas os objetivos anuais a serem alcançados pela UG, levando-se em consideração os recursos disponíveis (orçamentários, financeiros, materiais humanos, tecnológicos, etc.), abrangendo os projetos e atividades necessários ao cumprimento da missão da OM? (Item 3.5 da DCA 11-1/2020).

A.1.10. Os programas de computador de propriedade intelectual de terceiros utilizados na UG encontram-se devidamente licenciados? (Art. 9º, 10 e 12 da Lei nº 9.609, de 1998; alínea ‘a’ do item 7.20, da ICA 179-1/2020).

A.1.11. O Plano Diretor da Organização encontra-se atualizado e aprovado? (ICA 85-1/2016).

A.1.12. Existe NPA que discipline as atividades atinentes ao tratamento de efluentes industriais ou hospitalares gerados pela Organização? (§ 3º do Art. 225, da Constituição Federal, de 1988; Art. 14 da Lei nº 6.938, de 1981; inciso I do Art. 1º, da Lei nº 7.347, de 1985; Arts. 2º, 33 e 54 da Lei nº 9.605, de 1998; Art. 16 da Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011, do CONAMA/MMA).

A.1.13. Os atestados de capacidade técnica emitidos pela Administração aos fornecedores são assinados pelo Dirigente Máximo, após uma avaliação, limitada aos registros de seu desempenho no cumprimento dos compromissos assumidos com a UG, mediante processo formal e submetido ao exame do Agente de Controle Interno? (Art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993).

A.1.14. Com base no termo de exame, o Dirigente Máximo decide em despacho fundamentado no próprio documento: a) imputar o prejuízo à União ou responsabilizar o culpado; b) mandar excluir do patrimônio e dar baixa na escrituração ou recuperar o bem; e c) indicar o destino a ser dado ao bem, determinando a abertura de processo de alienação ou outra forma de desfazimento, mediante inutilização ou abandono, conforme o caso? (Item 2.14 do Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.15. O exame de material ou de causas é realizado por comissão composta por três membros, no mínimo, dos quais um, pelo menos, tenha conhecimento especializado ou técnico do material a examinar? São evidenciadas e registradas as ocorrências, as circunstâncias e outros esclarecimentos julgados necessários para decisão do Dirigente Máximo? (Item 2.14 do Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.1.16. O Plano Setorial, o Regulamento e o Regimento Interno da UG obedecem à legislação vigente? (Item 3.4 da DCA 11-1/2020 e ICA 19-1/2005)?

A.1.17. O Dirigente Máximo dirigiu o mapeamento dos macroprocessos de gestão, sob a responsabilidade de sua OM, bem como os trabalhos de identificação, avaliação e monitoramento dos riscos aos quais esses encontram-se sujeitos? (IN Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016; e DCA 16-2).

A.1.18. Os Comandantes estão acompanhando a execução orçamentária de sua Unidade, de forma a assegurar, ao máximo possível, a execução dos Restos a Pagar (RP) e do atual orçamento, assim como de forma a reduzir, ao mínimo possível, o volume de recursos a inscrever em RP, contribuindo para minimizar o impacto financeiro desses na execução do orçamento do exercício seguinte? (Módulo 17 do MCA 172-3 – Digital)

A.1.19. Os recursos alocados para a Unidade foram executados de acordo com os princípios da especificação ou discriminação correspondendo ao previsto na célula orçamentária dos créditos recebidos? (Art. 13 da Lei 4.320, de 1964)

A.2 -ORDENADOR DE DESPESAS

A.2.1. As justificativas de concessão de diárias por deslocamento, que incluíram ou tiveram seu início e término nos dias não úteis, foram realizadas de forma completa, clara e objetiva? (§ 2º do Art. 5º do Decreto nº 5.992, de 2006 e Art. 8º do Decreto 10.193/2019)

A.2.2. A aplicação de recursos públicos pela UG em eventos institucionais do COMAER obedece à legislação vigente, condicionada à dotação orçamentária específica, diferente daquela voltada à atividade-fim, observada a Natureza de Despesa adequada a cada tipo de gasto? (Portaria Normativa nº 4.036/GM-MD, de 02 DEZ 2020 e Portaria nº 1.127/GC3, de 30 OUT 2020)

A.2.3. São adotadas medidas para impedir a ocorrência de fracionamento de despesa? (§5º do Art. 23 da Lei 8.666/93 e §3º do Art. 40 da Lei 14.133/2021)

A.2.4. São adotadas medidas para impedir pagamentos antecipados a fornecedores, exceto nos casos em que este procedimento estiver previsto no ato convocatório da licitação, quando existir garantia integral sobre o valor antecipado ou quando houver fundamentado estudo no processo licitatório que comprove a significativa economia de recursos e evidente vantagem para a Administração? (Arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 1964; inciso VI do Art. 5º; Art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986; Decisão nº 444/1993 – TCU – Plenário; e Acórdão nº 585/2005 – TCU – Segunda Câmara)

A.3 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

A.3.1. Está sendo lavrada ata concisa dos trabalhos realizados na reunião da Administração? (Item 3 do módulo “C”, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.2. A cobrança do ICMS, nas faturas de energia elétrica, é realizada sobre o consumo efetivo, evitando-se a incidência de ICMS sobre Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD)? (Art. 155 da Constituição Federal, de 1988; inciso I do Art. 2º da Lei Complementar nº 87, de 1996, Ofício Circular nº 6/ANAJ/5515, de 30 NOV 2015 e Ofício Circular nº 1/CENCIAR-1/561, de 01 MAR 2017.

A.3.3. Existe acompanhamento formal das médias de consumo de combustível, em km/l, por viatura, bem como a análise das alterações verificadas e a adoção de medidas saneadoras? (Item 6.1.1 da ICA 75-1, de 2000)

A.3.4. Há controle sobre as obras executadas, as prestações de serviços e os contratos administrativos (receita e despesa), de modo a certificar se todas as cláusulas são cumpridas? (Art. 67 e alínea "b" do inciso I do Art. 73 da Lei nº 8.666/93 e item 1.2.20 da ICA 12-23, de 2019)

A.3.5. Há controle sobre os prazos de passagem e assunção de cargo? (Item 4.2 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.6. Na ata de reunião da Administração, ficou registrada a apresentação, por parte dos gestores responsáveis por bens, valores e dinheiros, dos documentos comprobatórios de sua gestão? (Item 4 da ICA 179-1/2020).

A.3.7. O Agente de Controle Interno elaborou o Calendário Administrativo para o acompanhamento e o controle das obrigações dos diversos setores da UG? (Item 9 da DCA 11-1/2020 e item 7.6 da ICA 179-1/2020)

A.3.8. O Agente de Controle Interno realiza visitas de inspeção periódicas aos diversos setores da UG e verifica o estado de conservação e o adequado emprego dos bens em depósito, distribuídos para o serviço ou em uso pelo pessoal? (Item 8 da ICA 179-1/2020)

A.3.9. Encontra-se atualizado, no SIAFI, o Cadastro dos Agentes da Administração responsáveis por bens, valores e dinheiros, a cargo da UG? (Item 13.3 do Módulo 13 do MCA 172-3)

A.3.10. Todos os gestores responsáveis por bens, valores e dinheiros comparecem à Reunião da Administração, a fim de prestarem contas, inclusive os detentores de suprimentos de fundos, os representantes das UG Apoiadas e os representantes da UG designados para acompanharem e fiscalizarem a execução de contratos administrativos ou instrumentos congêneres pactuados? (Módulo 15 do MCA 172-4)

A.3.11. Os controles internos implantados sobre os dispêndios da UG permitem a constatação de desvios e tendências de consumo, bem como propiciam dados essenciais à formulação da proposta orçamentária? (Item 3.4 da ICA 179-1/2020)

A.3.12. Os documentos comprobatórios de cada exercício são arquivados sob a forma de processo administrativo? (Item 5.5 da ICA 179-1/2020)

A.3.13. Os documentos relativos aos processos administrativos estão autuados, reunidos em ordem cronológica, indexados e com as folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo identificados pelo Número Único de Protocolo (NUP)? (§4º do Art. 22 da Lei 9.784/1999; itens 2.1 e 2.2 da Decisão nº 166/TCU/1992 - Plenário; e Portaria nº 1.243/MD/2006)

A.3.14. O Dirigente Máximo observa o Princípio da Segregação de Funções, evitando o acúmulo de cargos, encargos ou funções, em que um mesmo Agente ou Gestor seja executante e controlador de seus próprios atos, ou assuma atribuições que encerrem, simultaneamente, aquisições, recebimentos e pagamentos? (Art. 5º da Lei 14.133/2021; item 1.1 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.15. Há controles atualizados sobre as Comissões em atividade? (Item 10 da ICA 179-1/2020)

A.3.16. O Agente de Controle Interno elabora o controle de acompanhamento mensal dos procedimentos administrativos instaurados, com vistas ao ressarcimento ao Erário? (Anexo G do MCA 174-3, de 2022)

A.3.17. Os atos administrativos e as decisões adotadas por autoridades delegadas estão amparados por delegação de competência devidamente emitida por autoridade delegante? (Item 5 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.18. A UG vem apresentando, mensalmente, o Controle de Licitações por Modalidade? (Item 7.23 da ICA 179-1/2020)

A.3.19. A UG controla o recebimento e a guarda das Declarações de Bens e Rendas dos Agentes da Administração obrigados a apresentá-las, observando o seu grau de sigilo, publicando em boletim interno reservado, consoante instruções emanadas do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Aeronáutica ou Órgão competente? (Lei 8.730/93)

A.3.20. A UGE designou um Ordenador de Despesas substituto e um Gestor de Finanças substituto, para atuarem exclusivamente nos impedimentos dos titulares, nos casos de movimentação bancária, de trato de assuntos em instituições financeiras e de assuntos correlatos de ordem financeira? (Item 4.2 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.21. Os atos administrativos, quando não praticados pela autoridade competente, estão amparados por delegação de competência? (Item 5 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.3.22. A Assessoria de Controle Interno verifica a exatidão das receitas geradas pelos setores internos da UG e seus respectivos saldos, assim como todos os recebimentos efetuados pelo Gestor de Finanças, além do cumprimento dos prazos estabelecidos para o recolhimento, na forma da legislação vigente?

A.4 GESTÃO DE RISCOS

A.4.1. A UG implementou, mantém, monitora e revisa o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos? (Art. 13 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016 e item 3.4 da DCA 11-118/2021 - DIPLAN)

A.4.2. A gestão de riscos é sistemática, estruturada, oportuna e subordinada ao interesse público? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.4.3. Foram estabelecidos os níveis adequados de exposição a riscos? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.4.4. Os procedimentos de controle interno são proporcionais ao risco, observam a relação custo-benefício e se destinam a agregar valor à organização? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.4.5. Utiliza-se do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.4.6. Utiliza-se da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais? (Art. 14 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.4.7. Para cada risco mapeado e avaliado está associado a um gestor responsável formalmente identificado e com alçada suficiente para orientar e acompanhar as ações de mapeamento, avaliação e mitigação do risco? (§ 1º e caput do Art. 20 da Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.5 PROGRAMA INTEGRIDADE

A.5.1. No que se refere às categorias dos riscos, foi analisado algum risco ligado à Integridade, conforme os preceitos do Plano de Integridade do COMAER? (Art. 17 do Decreto 9.203/2017 e item 6.2.7 da DCA 16-3, de 2018)

A.5.2. A UG realizou a análise de riscos ligados à Integridade, observando o disposto nos Capítulos 5 e 6 da DCA 16-3?

A.5.3. A UG implementou, mantém, monitora e revisa os controles internos da gestão, tendo por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público? (Art. 3º, da IN Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016)

A.5.4. O Dirigente Máximo adotou providências para que o tratamento dos dados pessoais obedecesse ao previsto nos artigos 6º e 7º da Lei 13.709/18?

A.5.5. O Dirigente Máximo providenciou que apenas informações mínimas necessárias à finalidade foram coletadas das pessoas? (§1º do Art. 4º e incisos I e III do Art. 6º da Lei 13.709/18)

A.5.6. O Dirigente Máximo adotou providências no sentido de fornecer segurança às informações coletadas de modo a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados? (Inciso VII do Art. 6º da Lei 13.709/18)

A.6 CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

A.6.1. AMBIENTE DE CONTROLE

A.6.1.1. A Unidade possui organograma com definição de funções e descrição das competências de cada serviço?

A.6.1.2. A Unidade adota a política de realizar rodízios de função?

A.6.1.3. Existem políticas e ações que anteveem a substituição de militares que pedem reserva ou passam em outro concurso (temporários), a fim de evitar o risco de perda do conhecimento organizacional?

A.6.1.4. Existem ações para desenvolver e capacitar o efetivo lotado na área administrativa?

A.6.1.5. Como as ações tomadas, em relação as políticas e ações de Comando (Diretriz), são documentadas?

A.6.1.6. Existem ações para conscientizar o efetivo quanto a importância, responsabilidade e controle dos bens públicos?

A.6.1.7. São realizadas reuniões frequentes entre a Direção da Unidade e a equipe de administração para solução de problemas, para acompanhar os objetivos propostos, os resultados auferidos e a correção de rumos?

A.6.2 ATIVIDADES DE CONTROLE

A.6.2.1. Existem mecanismos de controle e segurança para o acesso físico a Unidade?

A.6.2.2. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados, formalizados e com ampla divulgação? Isto é, todos os setores da Unidade possuem NPA, mapeamento de processo e o efetivo tem ciência disso?

A.6.2.3. Existe adequada segregação de funções nos setores da Unidade, ou seja, separação entre funções de autorização/aprovação de procedimentos e processos, execução controle e contabilização?

A.6.2.4. Existe planejamento anual de aquisições de bens e serviços devidamente discutidos, formalizado e divulgado na Unidade e nas Unidades Apoiadas?

A.6.3 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A.6.3.1. O fluxo de informação é adequado e eficiente na Unidade? Elas ocorrem de forma clara e precisa?

A.6.3.2. O fluxo de informações está adequado aos objetivos propostos e as comunicações são tempestivas de modo que não ocorra o comprometimento das etapas subsequentes?

A.6.4 MONITORAMENTO

A.6.4.1. É prática da Unidade realizar diagnóstico dos riscos operacionais¹, de informações e de conformidade², bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los?

OBS.: 1 para atividade operacional da OM, como danos em ativos ou ameaças à segurança física, recursos humanos inadequados etc.

2 para cumprir com as obrigações legais na área acadêmica e administrativa.

A.6.4.2. Existem ações de monitoramento para o cumprimento de recomendações realizadas pelo CENCIAR, CGU ou mesmo TCU?

A.7. PONTOS COMUNS DE DIREÇÃO E CONTROLE

A.7.1. Os Agentes da Administração e os seus respectivos setores constam da estrutura aprovada pelo Regimento Interno da Organização? (Item 4.1 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.7.2. O efetivo do setor foi, formalmente, designado, com publicação em boletim interno UG, para exercer as funções, atribuições e encargos específicos que lhes foram definidos pela administração? (Item 4.2 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e)

A.7.3. Existe Normas Padrão de Ação (NPA) disciplinando a sistemática de funcionamento do setor, bem como seu inter-relacionamento com demais subunidades Organização ou organizações apoiadas, se for o caso? (Item 6.8.3.1 da NSCA 10-2/2019)

A.7.4. Vem sendo observado pela UG a proibição de contribuições pecuniárias, a qualquer título, com recursos públicos em favor de clubes e associações de servidores ou empregados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal? (Decreto nº 99.509, de 1990)

A.7.5. Os documentos comprobatórios da gestão do setor vêm sendo apresentados por ocasião da prestação de contas mensal? (Item 13.2 do Manual Eletrônico de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial)

A.7.6. Os documentos estão arquivados sob a forma de processo, devidamente autuados, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas, de modo a atender prontamente às necessidades do serviço e facilitar os exames, por parte dos Órgãos de Controle Externo e Interno? (§ 4º, Art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999; Portaria nº 1.243, de MD, de 2006; item 8.3 do ICA 10-1, de 2015 - ICAER, e incisos CXXXVIII e CXXXIX do Art. 3 do RCA 12-1, de 2017 – RADA).

A.7.7. A UG adota providências para controlar os perfis dos usuários dos Sistemas Corporativos do Governo Federal, bem como para excluir aqueles que não devam mais acessá-los? (Módulo 23 do MCA 172-3 – Digital).

A.7.8. Há controle sobre os perfis dos usuários dos Sistemas Corporativos do Governo Federal, bem como para a exclusão daqueles que não devam mais acessá-los? (Módulo 23 do MCA 172-3 – Digital).

A.7.9. Foram estabelecidos controles internos administrativos, necessários e suficientes para o acompanhamento dos processos, de modo a propiciar uma garantia razoável do alcance dos objetivos organizacionais? (Art. 3º da IN Conjunta CJU/MP 01/2016)

A.7.10. A Administração da UG respeita a precedência hierárquica e a qualificação exigidas quando da designação de agentes públicos para a ocupação de cargo de chefia ou em comissão e para o desempenho de encargo ou função? (Item 5.2.6 do Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

A.7.11. A UG registra, no Mapa de Acompanhamento de Procedimentos Administrativos, os procedimentos instaurados que envolvam dano ao Erário e seu ressarcimento, atualizado de forma frequente, até o completo deslinde dos procedimentos de apuração, do ressarcimento total do débito ou da imputação do prejuízo à União, independentemente da movimentação de

seu responsável, de sua vinculação à UG, de sua transferência para a inatividade ou de sua demissão? (Item 17.2.2 do MCA 174-3, de 2022)

A.7.12. A UG acompanha a quitação das parcelas do ressarcimento ao Erário por intermédio do Demonstrativo Mensal de Ressarcimento ao Erário? (Item 13.3.7 da MCA 174-3, de 2022)

ANEXO B - LICITAÇÕES E CONTRATOS

B.1 – LICITAÇÃO – FASE INTERNA

B.1.1. O processo licitatório foi conduzido com observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável? (Inciso XXI do Art. 37 da Constituição da República; e Art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no Art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021).

B.1.2. O processo de contratação direta para aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar contempla: **a)** documentos hábeis a demonstrar a observância do percentual mínimo de 30% do total de recursos do exercício financeiro destinados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos de agricultores familiares, de suas organizações e empreendedores familiares rurais; e **b)** eventual justificativa, devidamente fundamentada e acompanhada dos documentos comprobatórios necessários, para a não observância do percentual mínimo previsto? (§1º e §2º, ambos do Art. 1º, e Art. 2º do Decreto nº 8.473, de 2015).

B.1.3. Houve parcelamento quando o objeto tinha natureza divisível e as condições técnicas e econômicas eram viáveis? (Lei nº 8.666/93, art. 15, inc. IV; Lei nº 14.133/2021, art. 40, inc. V, alínea ‘b’).

B.1.4. Houve fracionamento de despesa? (Lei nº 8.666/1993, art. 15, § 7º, inc. II, c/c art. 23, §5º; Lei nº 8.666/93, art. 24, incisos I e II; Lei nº 14.133/2021, art. 40, inc. III; Lei nº 14.133/2021, art. 75, incisos I e II).

B.1.5. As aquisições de bens podem ser consideradas bem planejadas, em termos quantitativos? (Decreto Lei nº 200/67, art. 6º, inc. I; Lei nº 8.666/93, art. 15, § 7º, inc. II; Lei nº 14.133/2021, art. 40, inc. III; Lei nº 10.520/02, art. 3º, inc. I).

B.1.6. No caso de contratação de serviços, a licitação teve por objeto serviços inerentes às atividades finalísticas da instituição promotora do certame ou de agentes públicos? (Decreto 9.507/18, arts. 3º e 4º).

B.1.7. No caso de contratação de serviços continuados, foi adotada unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar a empresa com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho? (Instrução Normativa MPOG nº 5/17, Anexo V, item 2.6, alínea ‘d’).

B.1.8. No caso de contratação de serviços, o projeto básico, ou termo de referência, foi elaborado adequadamente, descrevendo, com o grau de detalhe necessário, os serviços que constituem o objeto da licitação? (Lei nº 8.666/93, art. 7º, § 2º, I, e art. 40, §2º, I; Lei nº 8.666/93, art. 6º, inc. IX; Lei nº 14.133/21, art. 18, inc. II c/c art. 6º inc. XXV).

B.1.9. No caso de aquisição de bens, o objeto da licitação foi definido adequadamente, sem caracterizações excessivas? (Lei nº 8.666/93, art. 40, inc. I; Lei nº 8.666/93, art. 3º, § 1º, inc. I, c/c art. 14; Lei nº 8.666/1993, arts. 15, § 7º, I e 7º, § 5º; Lei nº 14.133/2021, art. 18, inc. II, c/c art. 41, inc I).

B.1.10. Houve a devida apreciação do edital por parte da área jurídica e/ou técnica do órgão promovedor da licitação? (Lei nº 8.666/93, art. 38, VI e Parágrafo Único; Decisão nº 955/2002-Plenário e Acórdão 1896/2011-Plenário; Lei nº 14.133/21, art. 53).

B.1.11. Os editais de licitação obedecem às disposições preconizadas pela legislação? (Art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 25 da Lei nº 14.133 de 2021).

B.1.12. O Edital apresentou os BDI de referência e impôs a exigência de que os licitantes apresentem a composição analítica do BDI referente às suas propostas? (Súmula nº 258/2010 – TCU e Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário; item 9.1.2 do Acórdão nº 163/2012 – TCU – Plenário; Súmula nº 253/2010 – TCU).

B.1.13. O orçamento apresenta sobrepreço? (Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, inc. II; 15, inc. II e V; art. 40, inc. X e 43, inc. IV; Lei nº 10.520/02, art. 11; Acórdão 792/2008-Plenário - ausência de planilha detalhada; Lei nº 14.133/21, arts. 17, inc IV, 337L, inc V; 18, inc IV).

B.1.14. Os créditos orçamentários necessários ao atendimento da despesa foram indicados e são adequados ao objeto da licitação? (Lei nº 8.666/93, arts. 7º, § 2º, III, e 14; Lei nº 14.133/21, arts. 150 e 40, inc. V, alínea ‘c’).

B.1.15. No processo administrativo referente à dispensa de licitação por emergência ou calamidade pública, constam: **a)** documentos que comprovem que a execução do serviço ou a entrega do material se deu no prazo máximo previsto em lei; **b)** documentos comprobatórios da autorização da autoridade competente; **c)** da caracterização da situação emergencial nos termos exigidos pela legislação em vigor; **d)** da razão da escolha do contratado; e **e)** da justificativa de preço? (Inciso IV do Art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; incisos I, II e III do parágrafo único e *caput* do Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente nos incisos VI, VII e VIII do Art. 72 e no § 6º do Art. 75, ambos da Lei nº 14.133, de 2021).

B.1.16. No processo de contratação direta por dispensa de licitação em caso de emergência ou calamidade pública, houve a instauração de processo de apuração, concomitante, para apurar se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão? (Orientação Normativa AGU nº 11, de 2009; e Art. 73 e §6º do Art. 75, ambos da Lei nº 14.133, de 2021).

B.1.17. Nos processos de contratação cujo objeto seja o serviço de gerenciamento de frota, a Administração tem observado as boas práticas estabelecidas nas jurisprudências do Tribunal de Contas da União, a fim de mitigar os riscos relativos à economicidade, à eficiência e à competitividade? (Acórdãos nº 2.354/2017, nº 120/2018, nº 1.781/2018, nº 1.077/2019, nº 2.015/2020 e nº 1.949/2021, todos do Plenário do TCU).

B.1.18. Na cessão de uso de imóvel administrado pela União, para fins de prestação de serviços comuns em favor de servidores públicos e administrados, tem sido observada a obrigatoriedade de adoção da modalidade licitatória pregão, preferencialmente eletrônico? No caso da utilização excepcional da forma presencial, há, no processo administrativo, ato fundamentado, com justificativas concretas e detalhadas, que demonstrem a **inviabilidade de adoção da forma**

eletrônica? (Orientação Normativa CNU/CGU/AGU nº 1, de 2016; e § 2º do Art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021).

B.2 - LICITAÇÃO – FASE EXTERNA

B.2.1. Diante da existência de ocorrências impeditivas indiretas de licitar constantes do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), a Administração tem realizado diligências para avaliar a existência de indícios concretos de fraude? **Ou seja, foi verificado se a sociedade empresária foi constituída com o mesmo objeto, por qualquer dos sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas após a aplicação da sanção e no prazo de sua vigência, indicando elementos suficientes para evidenciar que a sua constituição teve por objetivo burlar penalidade aplicada a outra sociedade empresarial?** (Art. 29 da Instrução Normativa MPDG/SG nº 03, de 2018; e §1º do Art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021).

B.2.2. Houve a devida publicidade do certame nos meios e prazos adequados? (Art. 3º e 21, da Lei 8.666/93; Art. 3º da Lei 10.520/02);

B.2.3. Foi designada comissão permanente ou especial, bem como pregoeiro e equipe de apoio, para conduzir o certame? (Art. 51 da Lei nº 8.666/93; Art. 3º da Lei nº 10.520/2002).

B.2.4. No caso de alteração do edital, foi reaberto prazo para apresentação de propostas, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas? (§4º, Art. 21, Lei nº 8.666/1993).

B.2.5. O edital garantiu tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte? (Art. 42 e 44 da Lei Complementar nº 123/2006; Inciso XVII, Art. 40, da Lei nº 8.666/93).

B.2.6. Houve participação indevida de cooperativas? (IN-SLTI/MPOG 2/08, arts. 4º, 5º e 19, XVI).

B.2.7. No caso de aquisição de bens, houve restrição indevida no que se refere à exigência de amostras? (Inciso I, § 1º, do Art. 3º, e Art. 27, da Lei nº 8.666/93).

B.2.8. Houve restrições indevidas no que se refere à qualificação econômico-financeira dos licitantes? (Art. 31 da Lei nº 8.666/93).

B.2.9. Foi verificada a situação de inidoneidade e regularidade jurídica, fiscal ou trabalhista, das empresas participantes do certame? (Art. 27, 93, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93).

B.2.10. Na modalidade convite, participaram da licitação empresas ou cooperativas cujo ramo de atividade não condiz com o objeto da licitação? (§3º, Art. 22 e inciso I do Art. 40 da Lei nº 8.666/93).

B.2.11. Houve desclassificação de propostas sem a devida diligência? (§3º, art. 43, Lei nº 8.666/1993).

B.2.12. A inexecuibilidade dos preços foi avaliada em conformidade com a legislação? (Art. 48 da Lei nº 8.666/93).

B.2.13. O pregoeiro está realizando negociação nos pregões, por meio de contra proposta, a fim de obter a proposta mais vantajosa para a administração? (Inciso XVI do Art. 11, do Decreto 3.555/2000; §1º, Art. 61, da Lei nº 14.133/2021).

B.2.14. Há, nos autos do processo, a comprovação dos atos do pregoeiro? (Art. 8º, da Lei nº 10.520, de 2002).

B.2.15. Houve homologação de proposta acima do preço de referência? (Inc. II, §2º, Art. 7º; inc. X, Art. 40 e inc. IV, Art. 43, todos da Lei nº 8.666/93).

B.2.16. Houve revogação de licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado? (Art. 49 da Lei nº 8.666/93).

B.2.17. Houve deliberação da autoridade competente para adjudicação e homologação do certame? (Art. 43 da Lei nº 8.666/1993; Art. 4º da Lei nº 10.520/2002).

B.3 – CONTRATOS

B.3.1. O contrato contém as cláusulas necessárias, de acordo com o disposto na legislação e em conformidade com os termos da licitação e da proposta? (Arts. 54 e 55 da Lei nº 8.666/1993; Art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.2. O contrato foi executado nos prazos, etapas, quantidades nele definidos, conforme cronograma físico-financeiro? (Art. 55 da Lei nº 8.666/1993; Art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.3. O contrato foi executado pela entidade vencedora da licitação e menciona os itens mínimos previstos em lei? (Art. 61 da Lei nº 8.666/1993; Art. 89 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.4. O contrato foi executado conforme requisitos de qualidade estabelecidos no instrumento convocatório, conforme medição feita pela equipe de fiscalização? (Anexo V e VIII da IN 05/2017; Art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.5. Foi especialmente designado pela Administração representante ou comissão para realização da tarefa de fiscalização e a execução do contrato foi efetivamente acompanhada e fiscalizada? (Art. 67 da Lei nº 8.666/1993; Art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.6. Foi designado pela Contratada preposto para representá-la durante a execução do contrato? (Art. 68 da Lei nº 8.666/1993; Art. 118 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.7. A Contratada está cumprindo com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais durante a execução do contrato? (Art. 71 da Lei nº 8.666/1993; Art. 121 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.8. As alterações contratuais de objeto e valor guardam conformidade com as condições e limites estabelecidos pela legislação? (Art. 65 da Lei nº 8.666/1993; Art. 124 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.9. Os acréscimos ou supressões dos contratos feitos obedeceram aos percentuais máximos previstos na legislação? (Art. 65 da Lei nº 8.666/1993; Art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.10. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial foi providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura? (Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/1993; Art. 94 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.11. A Administração providenciou o contrato, obrigatoriamente, nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação? (Art. 62 da Lei nº 8.666/1993; Art. 95 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.12. A Administração convocou o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos? (Art. 64 da Lei nº 8.666/1993; Art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.13. A Contratada, nos casos de subcontratação, respeitou os limites estabelecidos em Edital pela Administração e se absteve de subcontratar o serviço em sua totalidade? (Art. 72 da Lei nº 8.666/1993; Art. 122 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.14. As contratações que envolvem contratos plurianuais e as vinculadas a Projeto ou Atividade a cargo do EMAER foram submetidas à prévia autorização desse órgão, excetuando-se as relacionadas com a Vida Vegetativa da UG - Ação 2000 ou equivalente? (Item 1.5.2, do Manual de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica).

B.3.15. A prestação de garantia contratual foi exigida no instrumento convocatório e foram observados os limites percentuais previstos em lei? (Art. 56, §2º e §3º da Lei nº 8.666/1993; Arts. 96 e 98 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.16. A execução do contrato foi devidamente acompanhada por representante legal da Administração (Equipe ou Comissão de Fiscalização) por meio de relatórios de situação contratuais circunstanciados, contendo todas as ocorrências? (§1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/1993; Art. 117 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.17. As supressões que eventualmente excederam os limites previstos em lei foram devidamente justificadas no processo e acordadas entre as partes? (§2º do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993; §2º do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021 – prevê a extinção do contrato)

B.3.18. Houve prorrogação da vigência sem a previsão contratual? (Art. 57 da Lei nº 8.666/1993; Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.19. A prorrogação excepcional do contrato foi devidamente justificada no processo? (§4º do Art. 57 da Lei nº 8.666/1993).

B.3.20. O contrato foi celebrado entre as partes em conformidade com o prazo estabelecido em lei? (Art. 57 da Lei nº 8.666/93; Art. 105 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.21. O recebimento do objeto ou seu atesto foi feito em conformidade com o efetivamente contratado, executado ou fornecido? (Art. 73 da Lei nº 8.666/93; Art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.22. Há prévio empenho para todas as despesas executadas? (Art. 60 da Lei nº 4.320/1964; Art. 24 do Decreto nº 93.872/1986).

B.3.23. Houve pagamentos antecipados sem a contraprestação dos serviços ou sem justificativas no processo? (Inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93; Art. 124 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.24. Quando necessária a modificação do valor contratual por motivos supervenientes, previsíveis, mas com consequências incalculáveis ou imprevisíveis, houve a devida justificativa no processo? (Inciso II do Art. 65 da Lei nº 8.666/93; Art. 124 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.25. O pagamento dos valores contratados está sendo realizado de acordo com a legislação e o instrumento contratual? (Art. 55 da Lei nº 8.666/93; Art. 92 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.26. O objeto do contrato está sendo recebido por representante legal ou comissão especialmente designada pela Administração mediante termos de recebimento circunstanciados (detalhados), dentro do prazo previsto em lei? (Art. 73 da Lei nº 8.666/93; Art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.27. As contratações estão sendo celebradas após a verificação e análise minuciosa, por meio de diligência conforme o caso, de toda a documentação que comprove a idoneidade da contratada ou sanções impeditivas? (Art. 29 da Lei nº 8.666/93; Art. 68 da Lei nº 14.133/2021).

B.3.28. As contratações e as suas prorrogações foram devidamente autorizadas pela autoridade competente, por força do ato de governança? (§2º, Art. 57, da Lei nº 8.666/93; Art. 107, da Lei nº 14.133/2021).

B.3.29. A Administração se absteve, nos casos de registro de preços, de empenhar isoladamente itens do lote/grupo que não tenham recebido o menor preço na licitação? (Acórdão TCU 343/2014 – Plenário. Em consonância com o disposto na Súmula TCU nº 247 e Art. 3º e Art. 15, ambos da Lei 8.666/1993)

B.4 – CONTRATOS DE RECEITA

B.4.1. A utilização de imóveis, por terceiros, foi precedida de licitação? (Art. 3º da Portaria 1.309/GC4/2004).

B.4.2. Os valores estipulados foram precedidos de avaliação criteriosa, por órgão competente, obedecendo os valores de mercado? (Art. 12 da Portaria 1.309/GC4/2004).

B.4.3. Existe, no Contrato, cláusula a respeito de seguro contraincêndio? (Inc. I, do Art. 16, da Portaria 1.309/GC4/2004).

B.4.4. Existe, no Contrato, cláusula tratando a respeito das despesas de serviços públicos de água, luz, telefone, limpeza e outros correlatos? (Inc. III, do Art. 16, da Portaria 1.309/GC4/2004).

B.4.5. Os valores firmados em contrato, estão sendo recolhidos ao fundo aeronáutico? (Art. 10 da Portaria 1.309/GC4/2004).

B.5 – CONVÊNIOS

B.5.1. O objeto do convênio pactuado é compatível com o objetivo e a finalidade da ação orçamentária a que se vincula? (Lei Orçamentária Anual/Cadastro de Ações da LOA e do PPA; Instrução Normativa STN nº 1/97, art.1º, *caput*; Decreto-lei nº 200/67, art.73; Lei Complementar nº 101/2000, §1º, inciso I, do art.25; Lei nº 8.429/92, art.10, IX e XI).

B.5.2 Foi comprovada a situação de regularidade fiscal e cadastral do conveniente perante a Administração Pública? (Instrução Normativa STN nº 01/97, art. 3º, incisos I a VI; Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), §1º, IV, a, do art.25; Lei nº 8666/93, Art. 116 c/c Arts. 27 a 32; Lei nº 14.133/ 2021 Art.184 c/c Arts. 62, 63, 66 a 70).

B.5.3. Houve apreciação do texto das minutas do convênio e de seus aditivos pelos setores técnico e jurídico da OM concedente e a aprovação da autoridade competente deu-se após e fundamentou-se nestes pareceres? (Instrução Normativa STN nº 01/97, art. 4º, I a IV, e § 1º, c/c inciso I do art.2º e com § 2º do art.1º; Lei nº 8.666/93, Art. 38; Lei nº 14.133/2021, Art. 53, §4º).

B.5.4. Há indícios de ocorrência de procedimentos fraudulentos com relação ao processo licitatório, celebração do convênio ou execução do convênio? (Lei nº 8.666 Arts. 29, 30, 90 e 97; Lei nº 14.133/2021 Arts. 67, 68, 337-F, 337-M).

B.5.5. Os resultados obtidos são compatíveis com os propósitos do convênio? (Art.31, §1º, I, c/c art. 38, II, b, da IN STN 1/97).

B.5.6. As condições exigidas para a celebração do convênio foram observadas e mantidas até o fim da vigência do instrumento? (Decreto 6170/07, art. 2º; Lei nº 8666/93, art. 116, §1º; Lei Complementar 101/00, art. 25, § 1º, inciso IV).

B.5.7. O extrato do convênio foi regularmente publicado no DOU pelo concedente? (Lei nº 8666/1993, art. 61, parágrafo único; Lei nº 14.133/2021 Art. 94, *caput*).

B.5.8. A prestação de contas dos convênios está em dia? (Capítulo II do Decreto nº 6.170/2007 c/c com os arts. 13, 18 e 18-b do mesmo decreto).

B.5.9. O órgão ou entidade concedente decidiu sobre a regularidade, ou não, da aplicação dos recursos transferidos, e, se extinto, ao seu sucessor? (Art. 29. da Instrução Normativa STN nº 01/97).

B.6 – CREDENCIAMENTO

B.6.1. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos de serviços de saúde, a Administração tem observado os preceitos da legislação vigente? (Inc. IV do Art. 74 e Arts. 78 e 79, da Lei nº 14.133, de 2021; NSCA 160-7, de 2019; e Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU).

B.6.2. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, a Administração adotou

critérios objetivos de distribuição da demanda? Inciso II do Parágrafo único do Art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021).

B.6.3. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, o edital de chamamento de interessados definiu as condições padronizadas de contratação, com critérios e exigências mínimas, sem acarretar restrições indevidas ao credenciamento? (Inc. III do parágrafo único do Art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021; e Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU).

B.6.4. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, o edital de chamamento de interessados fixou o valor da contratação por meio de tabela de preços da Administração? Os valores definidos foram devidamente justificados por pesquisa de mercado documentada? Consta a justificativa técnica e a metodologia hábeis a demonstrar a forma como foram adotados ou mensurados percentuais de índices e de taxas administrativas? (Inc. III do parágrafo único do Art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021; Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU; inciso III do parágrafo único do Art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no inciso VII do Art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021; item 5.1.9 da NSCA 160-7, de 2019; e item 11 do Anexo A da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.5. A Comissão de Credenciamento designada estabeleceu as tabelas referenciadas, bem como os valores dos serviços e outros itens correlacionados, por meio de uma ampla análise/negociação/pesquisa de mercado local, com observância, no que couber, dos códigos e descritores previstos como referências do setor de saúde suplementar? Ou seja, os preços foram previamente definidos de modo objetivo, por meio de ampla análise/negociação/pesquisa de mercado local, e são invariáveis para o mesmo serviço prestado por diferentes credenciados? Nos casos em que o mercado local não possua empresas/prestadores para elaboração de ampla pesquisa de preços, constam, no processo, a exposição do fato e a justificativa para ausência de ampla pesquisa, assinada pelo Diretor, Comandante ou Chefe da Organização Credenciante (OC)? (Itens 5.1.9 e 5.1.13 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.6. Após a publicação do edital de credenciamento, com o estabelecimento das tabelas de preço referenciais, a OC remeteu as planilhas publicadas para ciência da Subdiretoria de Aplicação de Recursos para Assistência Médico-Hospitalar (SARAM) para utilização na coordenação e gerenciamento do fluxo de encaminhamento de pacientes no Sistema de Saúde da Aeronáutica (SISAU) conforme melhor relação de custo-benefício? (Itens 5.1.9 e 5.1.13 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.7. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, foi observada a vedação de cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração? (Inc. V do parágrafo único do Art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021).

B.6.8. Consta, no instrumento convocatório, a possibilidade de denúncia por qualquer das partes e a fixação de prazos nesse sentido, bem como as hipóteses de descredenciamento? (Inc. VI do parágrafo único do Art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021; e Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU).

B.6.9. Consta, no instrumento convocatório, a possibilidade de comunicação pelos usuários de qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços? (Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU).

B.6.10. Após a definição, pelo médico responsável, do tratamento/procedimento a que deve se submeter o beneficiário, o processo de escolha do profissional ou da instituição credenciada

que prestará o serviço é realizado pelo beneficiário direto do atendimento de modo impessoal? A partir do processo de credenciamento, os potenciais prestadores de serviço foram identificados e registrados e as demandas da Administração são a eles direcionadas de modo impessoal por escolha do próprio beneficiário a preços previamente definidos de modo objetivo? (Decisão nº 656, de 1995, do Plenário do TCU; Art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no Art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021; e Item 5.1.13 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.11. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, constam documentos comprobatórios da realização das auditorias previstas na legislação em vigor, em especial das auditorias operativas (concorrente, prospectiva e retrospectiva) relacionadas à prestação do serviço de saúde pela rede complementar? (Itens 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.1.8, 4.2.4 e 4.2.5 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.12. Nas faturas constantes nos processos administrativos relativos a credenciamentos, constam todos os comprovantes de despesas com a relação detalhada de materiais e de medicamentos utilizados na prestação dos serviços de saúde, bem como a especificação precisa e detalhada dos serviços efetivamente prestados pelos credenciados? (Alínea “b” do Item 5.4.6.3 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.13. Nos processos administrativos relativos a credenciamentos, constam registros sistemáticos das ocorrências relacionadas ao processo de acompanhamento dos Termos de Adesão? (Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

B.6.14. A Seção de Fundo de Saúde (SFUNSA) da estrutura regimental da OC tem exercido as atribuições constantes na legislação em vigor por meio de processos estruturados, quais sejam: a) orientar o beneficiário do SISAU para atendimento pela rede complementar de saúde; b) elaborar, gerenciar e executar os processos de credenciamento de serviços em saúde, em conjunto com a Unidade Executora que a apoia; c) realizar a regulação de demanda (auditoria prospectiva); d) promover a auditoria concorrente; e) promover a auditoria de contas médico-hospitalares (auditoria retrospectiva); e f) estabelecer a auditoria analítica dos dados da saúde complementar sob sua gestão? (Item 4.2.4 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.15. O dimensionamento da rede assistencial complementar tem sido realizado pela OC com observância dos critérios estabelecidos na legislação em vigor, como, por exemplo, número de beneficiários do SISAU na localidade, perfil demográfico regional e possibilidade de apoio local por Organização de Saúde das demais Forças Singulares? (Itens 4.3.1 a 4.3.3 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.16. O processo administrativo para credenciamento dos serviços de saúde possui a composição mínima exigida pela legislação em vigor, contendo, *por exemplo*: a) designação de Comissão de Credenciamento; b) ampla pesquisa de mercado; c) elaboração de projeto básico com especificação do objeto, de forma precisa, clara e sucinta; d) aprovação motivada da autoridade competente; e) elaboração de edital de credenciamento; f) emissão de parecer jurídico pela Consultoria Jurídica da União; g) publicação do chamamento público em Diário Oficial da União (DOU); h) atas de reunião da Comissão de Credenciamento; i) efetivação de Termo de Adesão com os contratados; j) inclusão de Ficha de Ratificação de Inexigibilidade; e k) publicação do extrato do Termo de Adesão em DOU? (Itens 5.1.1 e 5.1.4.1 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.17. Consta, no edital de credenciamento de serviços de saúde, cláusula prevendo que seu prazo de vigência seja indeterminado, de forma que inexista prazo limite para que os interessados possam comparecer perante a Administração Pública e solicitar o credenciamento? (Item 5.1.2 da NSCA 160-4, de 2019).

B.6.18. Consta, no edital de credenciamento, previsão no sentido de que o fato de não possuir termo final não afasta a possibilidade de alterações no curso do credenciamento, inclusive no rol dos serviços, preços e demais termos que vincularão os credenciados? Consta cláusula no sentido de que, salvo pedido de descredenciamento, a adesão implicará o aceite de suas eventuais alterações supervenientes? (Item 5.1.3 da NSCA 160-4, de 2019).

B.6.19. Consta, no edital de credenciamento, previsão de atualização anual dos preços pela Administração por meio de nova pesquisa de mercado local, que justificará a manutenção, majoração ou redução dos valores dos serviços propostos a fim de assegurar que os valores praticados continuem compatíveis com a realidade do mercado, sem aplicação automática de índice de reajuste de serviços ou itens contratados? Há publicação dos valores anualmente revistos em Diário Oficial da União, ainda que não haja alteração dos parâmetros financeiros? (Item 5.1.6 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.20. A continuidade de cumprimento dos requisitos de habilitação exigidos no edital é verificada anualmente pela OC? (Item 5.1.7 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.21. Os valores dos serviços contratados pela OC são adequados à sua capacidade financeira e ao limite do teto estabelecido em seu orçamento, além de corresponderem à remuneração média praticada pelo mercado local? (Item 5.1.8 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.22. Constam, no edital de credenciamento e no Termo de Adesão, as possibilidades de encaminhamento, para atendimento pelo prestador de serviços credenciado, dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA), dos beneficiários exclusivos da Assistência Médico-Hospitalar (AMH) e de beneficiários da assistência médico-hospitalar de outras Forças Singulares (estes últimos conforme legislação do Ministério da Defesa)? (Itens 5.1.12 e 5.2.5 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.23. Há, no edital, o detalhamento das regras diferenciadas de uso da rede complementar do SISAU por meio de Guia de Encaminhamento para Assistência Médico-Hospitalar (GEAM)? (Itens 5.1.12 e 5.2.5 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.24. Foi respeitado o rol de pessoas físicas e jurídicas impedidas de participar do processo de credenciamento de acordo com a legislação em vigor? (Item 5.1.14 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.25. Foi observada a vedação de contratar pessoas físicas ou jurídicas da área de saúde para atuarem no interior das instalações das Organizações de Saúde da Aeronáutica (OSA)? (Item 5.1.15 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.26. Constam, no Termo de Adesão, as cláusulas obrigatórias exigidas pela legislação em vigor? Consta definição detalhada do objeto limitada ao serviço especificamente contratado para atendimento dos beneficiários do SISAU? Em caso de serviço não integral, foram identificados, com clareza, os procedimentos contratados? Para prestadores de serviços hospitalares, foram especificados os tipos de acomodação contratados? Constam os parâmetros

financeiros dos serviços/procedimentos contratados e dos insumos utilizados? (Item 5.2.1 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.27. A fim de assegurar transparência no faturamento e agilidade na análise e auditoria da conta, as cláusulas dos Termos de Adesão relacionadas aos preços dos serviços e à operacionalização (encaminhamento, faturamento e outros), contêm somente os itens estritamente relacionados àquele tipo de serviço ou modalidade de terapia a ser realizada? (Item 5.2.2 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.28. Consta, no Termo de Adesão, cláusula no sentido de que as despesas referentes a procedimentos eletivos sem GAB assinada pela autoridade competente e/ou com a apresentação de GAB não certificada pelo beneficiário (ou representante legal) não serão reconhecidas pela OC, a exceção dos casos de urgência/emergência comprovada nos termos da legislação em vigor? (Itens 5.2.3 e 5.2.4 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.29. Foram observados os procedimentos padronizados, específicos à execução orçamentária, previstos na legislação em vigor com vistas à melhor gestão dos recursos creditícios descentralizados para atender as despesas realizadas com o credenciamento direto de prestadores de saúde? (Item 5.3.1 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.30. Constam, nos processos de credenciamento, os documentos básicos para sua instrução inicial previstos na legislação em vigor, como, por exemplo, o Estudo Preliminar da contratação? (Item 5.4.3.1 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.31. Constam, no processo desmembrado que seguirá para a Unidade Gestora Executora da respectiva OC para autuação de toda a execução financeira e orçamentária (PAG desmembrado UGE), os documentos previstos na legislação em vigor? (Itens 5.4.4.1 e 5.4.5 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.32. Constam, no processo que ficará arquivado na própria Organização Credenciante para autuação das respectivas contas médico-hospitalares decorrentes da auditoria (PAG desmembrado OC), os documentos previstos na legislação em vigor? (Itens 5.4.4.1 e 5.4.6 da NSCA 160-7, de 2019).

B.6.33. Foram designadas Comissões de Recebimento/Auditoria de Contas Hospitalares das Empresas Credenciadas, bem como Comissão de Fiscalização do Contrato ou Fiscal de Contrato? (Art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, com correspondente no Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021; e alíneas “g” e “h” do Item 5.4.6.2, da NSCA 160-7, de 2019).

ANEXO C - FINANÇAS E PESSOAL

C.1. FINANÇAS

C.1.1. A documentação referente às receitas arrecadadas pela UG (apoiadora e apoiadas) está sendo elaborada em conformidade com a legislação vigente? (Itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 do Módulo 3, Item 13.2.9.3 e Anexos 13G, 13H e 13I do Módulo 13 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Itens 9.3, 15.1.1, 15.1.3 do Anexo H (MCA 172-4) do RADA-e.).

C.1.2. Os recolhimentos de receitas estão sendo realizados nos códigos de recolhimento previstos na legislação e sendo apropriados devidamente no SIAFI? (Tabela 1 e 2 do Item 3.1.8.7 e item 3.3 (tabela 3) do Módulo 3 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e.).

C.1.3. Os recolhimentos referentes aos contratos de cessão onerosa de bens imóveis estão sendo efetuados em conformidade com a legislação vigente e conforme as cláusulas contratuais? (Item 3.1.8.8.2.2 do Módulo 3 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e.).

C.1.4. Os processos relacionados às indenizações de despesas com saúde efetuadas em organizações pertencentes ao Sistema de Saúde da Aeronáutica, assim como os valores indenizados, estão em conformidade legal? (Item 8.1, 9.1 e 10.1 da NSCA 160-5, de 2020; Tabelas I e II do Art. 1º, § 5º do Art. 2º da Portaria nº 20/GABINT, de 22 de abril de 2014; Item 3.1 do módulo 3 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e.).

C.1.5. Os processos relacionados às indenizações de despesas com saúde efetuadas em organizações de saúde de outras Forças ou credenciadas, assim como os valores indenizados, estão em conformidade legal? (NSCA 160-5, de 2020).

C.1.6. Os processos relacionados aos ressarcimentos de despesas com saúde efetuadas em organização de saúde civil não credenciada, assim como os valores ressarcidos, estão em conformidade legal? (NSCA 160-5, de 2020).

C.1.7. O PAG de Receitas Hospitalares e as Prestações de Contas contêm toda documentação prevista, representando com fidedignidade os atos da gestão? (NSCA 160-5, de 2020).

C.1.8. Os procedimentos relacionados aos controles e a prestação de contas das receitas oriundas de serviços de hotelaria estão em conformidade com a legislação vigente? (Módulo 3 e item 6.11.27 do Módulo 6, do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Módulo 13 do Anexo H (MCA 172-4) do RADA-e; Item 4 do Anexo C do RADA-e.).

C.1.9. Os valores relacionados à hospedagem estão sendo corretamente descontados em contracheque ou recolhidos por GRU? (Item 13.3.11 do Módulo 13, do Anexo H (MCA 172-4) do RADA-e; Item 13.3.3 do Módulo 13, do Anexo H (MCA 172-4) do RADA-e; Tabela 1 do Módulo 3, do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Portaria CEAP nº 85/DIAG, de 2018.).

C.1.10. Estão sendo observadas as situações previstas na legislação para a concessão de Folha Extraordinária? (Item 9.5.3 do Módulo 9 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Itens 5.5.1 e 5.5.2 do Módulo 5, do MCA 177-2.).

C.1.11. O pagamento de Folha Extraordinária está sendo realizado por meio de OBC, constando o número do PAG e a folha a que se refere o pagamento? (Item 9.5.4 do Módulo 9 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e).

C.1.12. Todas as cautelas concedidas, nos anos anteriores a 2013, foram efetivamente resgatadas? (Itens 5.11.1.2 e 5.11.4.1 do Módulo 5 do MCA 177-2.).

C.1.13. A elaboração de prestação de contas de Folha Extraordinária está seguindo as orientações da legislação pertinente? (Item 5.4.8 do Módulo 5 do MCA 177-2; Item 9.5 do Módulo 9 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e).

C.1.14. Os direitos financeiros ou descontos internos implantados na folha de pagamento estão em conformidade e realizados com base nas respectivas publicações em boletim interno? (Módulo 7 do MCA 177-2 (Digital)).

C.1.15. O PAG mensal de descontos internos e a classificação dos valores estão em conformidade com a legislação? (Item 9.4 do Módulo 9, do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e).

C.1.16. As instituições de direito público ou privado com descontos internos na folha de pagamento dos militares da Unidade, possuem credenciamento perante a DIRAD? (Módulo 7 do MCA 177-2 (Digital)).

C.1.17. Os pagamentos de diárias de militares e civis estão em conformidade com o previsto e processados pelo SCDP? (Anexo III do Decreto n.º 4.307, de 2002; Art. 7º e 8º do Decreto n.º 10.193, de 2019; Art. 4º, 10 e 12 da Portaria n.º 1.347/GC4, de 2015; Art. 6º da Portaria n.º 785/GC6, de 2009; Item 6.3.2 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Módulo 14 do MCA 177-2 (Digital); Item 5.3 da ICA 35-8, de 2018; Item 1.3 da ICA 177-42, de 2021.).

C.1.18. A documentação relacionada ao pagamento de diárias está sendo elaborada e publicada conforme o previsto? (Art. 10 e 12 da Portaria n.º 1.347/GC4, de 2015; Item 3 da ICA 35-8, de 2018; Anexo D do Módulo 14 do MCA 177-2 (Digital); Módulo 14 do MCA 177-2 (Digital)).

C.1.19. As missões no exterior, que sofram alterações de período estão com a documentação e os pagamentos em conformidade? (Módulo 14 do MCA 177-2 (Digital); ICA 35-8, de 2018.).

C.1.20. As Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) pagas no exercício estão em conformidade e amparadas pela legislação vigente? (Módulo 4 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Item 4.1 do MCA 170-1, de 2020.).

C.1.21. Os processos relacionados ao pagamento de pessoal militar referente a exercícios anteriores estão em conformidade e com toda documentação prevista nos normativos? (Módulo 20 do MCA 177-2 (Digital)).

C.1.22. Os processos relacionados ao pagamento de pessoal civil referente a exercícios anteriores estão em conformidade e com toda documentação prevista nos normativos? (ICA 177-35, de 2007).

C.1.23. O Gestor de Finanças possui o adequado controle e guarda das garantias, cauções e fianças contratuais? (Item 2.9.16 do Manual de Contratações Públicas do COMAER; Acórdão n.º 361/2007; Arts. 96 a 102 da Lei 14.133, de 2021; Item 6.12 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e.).

C.1.24. Os registros contábeis no SIAFI espelham a real situação das garantias, cauções e fianças sob guarda da Unidade? (Item 6.12 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e; Item 9.2.5 do Anexo H (MCA 172-4) do RADA-e; Alínea ‘t’, do item 5.1.2.2 do MCA 21-1, de 2015.).

C.1.25. Estão sendo recolhidas as contribuições sociais referentes aos serviços prestados pelos fornecedores, os pagamentos aos fornecedores estão respeitando os prazos previstos, e há controle dos valores por fonte na conta contábil 1.1.1.1.2.20.01? (Módulo 6 do Anexo G (MCA 172-3) do RADA-e.).

C.1.26. Está sendo observada a ordem cronológica para os pagamentos ou estão sendo justificados os casos de alteração, em conformidade com os critérios vigentes? (Art. 141 da Lei 14.133, de 2021.).

C.1.27. Os pagamentos estão sendo realizados em prazo não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela? (Alínea ‘a’ do inciso XIV, do Art 40 da Lei 8.666, de 1993.).

C.1.28. Existem Restos a Pagar Processados a Pagar que tenham excedido o prazo de 30 dias para pagamento? Caso afirmativo, quais as justificativas? (Alínea ‘a’ do inciso XIV, do Art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.).

C.1.29. As quitações das parcelas mensais relativas a ressarcimentos ao erário vêm sendo controladas e acompanhadas? (Item 13.3.7 do MCA 174-3 (Digital)).

C.1.30. Em caso de inadimplemento dos pagamentos de ressarcimento ao erário, vem sendo tomadas as providências perante o TCU e a PGFN? (Item 13.3.8 do MCA 174-3 (Digital)).

C.1.31. Os procedimentos relacionados às entregas das declarações de bens e valores ou da permissão de acesso às informações estão em conformidade legal? (Art. 2º, 3º e 8º da Portaria nº 738/GC6, de 2014.).

C.1.32. Existe controle dos militares que constam há mais de três meses em Banco 00? (Item 9.2 do Módulo 9, do Anexo G (MCA 172-3), do RADA-e; Módulo 4 e Item 12.4.2 do Módulo 12 do MCA 177-2 (Digital)).

C.1.33. Existe controle dos militares que constam há mais de três meses em Status P (Item 12.4.4 do Módulo 12, do MCA 177-2 (Digital)).

C.2. PESSOAL MILITAR

C.2.1. Os valores pagos a título de compensação orgânica de voo, assim como a documentação prevista para concessão, estão em conformidade normativa? (Inciso V do Art. 3º e Tabela V do Anexo II, ambos da MP 2.215-10, de 2001; Art. 7º, 9º e 11 da Portaria nº 616/GC3, de 2020; Item 12.4.17 do Módulo 12, do MCA 177-2 (Digital)).

C.2.2. Os valores pagos a título de compensação orgânica de Raio-X, assim como a documentação prevista para concessão, estão em conformidade normativa? (Tabela V, do Anexo II da MP 2.215-10, de 2001; Ordem Técnica nº 004/DIRSA/2014; Item 12.4.16 do Módulo 12, do MCA 177-2 (Digital)).

C.2.3. Os valores pagos a título de compensação orgânica de paraquedismo, assim como a documentação prevista para concessão, estão em conformidade normativa? (Tabela V, do Anexo II da MP 2.215-10, de 2001; Art. 7º, 9º e 11 da Portaria nº 616/GC3, de 2020; Item 12.4.19 do MCA 177-2, de 2018.).

C.2.4. Os valores pagos a título de compensação orgânica de controle de tráfego aéreo, assim como a documentação prevista para concessão estão, em conformidade normativa? (Tabela V, do Anexo II da MP 2.215-10, de 2001; Portaria 483/GC6, de 2010; Item 12.4.18 do Módulo 12, do MCA 177-2 (Digital).).

C.2.5. Os valores de compensação orgânica pagos aos veteranos ou pensionistas estão em conformidade com seus respectivos títulos? (Art. 12 da Lei 13.954, de 2019.).

C.2.6. Considerando as movimentações ou afastamentos, para fora de sede, pelo período superior a 15 dias até 3 meses, sem desligamento da OM de origem, a concessão da Ajuda de Custo e os valores pagos estão em conformidade legal? (Portaria 785/GC6, de 2009; Arts. 1º, 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001; Art. 15 e Anexo V da Lei 13.954, de 2019; Parágrafos 2º e 3º, do Art. 18, e Arts. 55 ao 59, do Decreto nº 4.307, de 2002; Portaria nº 360/GC4, de 2020.).

C.2.7. Considerando as movimentações ou afastamentos, para fora de sede, pelo período superior a 3 meses e igual ou inferior a 12 meses, sem desligamento da OM de origem, a concessão e os valores pagos como Ajuda de Custo estão em conformidade legal? (Portaria 785/GC6, de 2009; Arts. 1º, 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001; Art. 15 e Anexo V da Lei 13.954, de 2019; Parágrafos 2º e 3º, do Art. 18, e Arts. 55 ao 59, do Decreto nº 4.307, de 2002; Portaria nº 360/GC4, de 2020.).

C.2.8. Considerando as movimentações com desligamento da OM, a concessão e os valores pagos como Ajuda de Custo estão em conformidade legal? (Portaria 785/GC6, de 2009; Arts. 1º, 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001; Art. 15 e Anexo V da Lei 13.954, de 2019; Parágrafos 2º e 3º, do Art. 18, e Arts. 55 ao 59, do Decreto nº 4.307, de 2002; Portaria nº 360/GC4, de 2020.).

C.2.9. Considerando as transferências para inatividade remunerada, a concessão e os valores pagos como Ajuda de Custo estão em conformidade legal? (Portaria 785/GC6, de 2009; Arts. 1º, 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001; Art. 15 e Anexo V da Lei 13.954, de 2019; Parágrafos 2º e 3º, do Art. 18, e Arts. 55 ao 59, do Decreto nº 4.307, de 2002; Portaria nº 360/GC4, de 2020.).

C.2.10. A concessão e o pagamento do auxílio-alimentação em caráter ordinário está sendo realizado em conformidade com a legislação e com base na documentação prevista? (Alínea 'e' do Inciso I, do Art. 2º e Tabela III do Anexo IV, ambos da MP 2215-10, de 2001; Art. 3º, 5º e 7º da Portaria nº 359/GC4, de 6 de abril de 2016; Art. 5º da Portaria SEFA Nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020.).

C.2.11. A concessão e o pagamento do auxílio-alimentação em caráter eventual está sendo realizado em conformidade com a legislação e com base na documentação prevista? (Alínea 'e' do Inciso I, do Art. 2º e Tabela III do Anexo IV, ambos da MP 2215-10, de 2001; Art. 4º, 5º e 7º da Portaria nº 359/GC4, de 6 de abril de 2016; Art. 5º da Portaria SEFA Nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020.)

C.2.12. O valor pago referente à compensação pecuniária está em conformidade com a legislação? (Art. 1º da Lei nº 7.963, de 1989; Art. 2º da Portaria nº 609/GM1, de 1990.).

C.2.13. Os militares que percebem a Gratificação de Localidade Especial (GLE) estão efetivamente servindo ou participando em missões transitórias nas localidades classificadas como especiais? (Alínea 'a' do Inciso III, do Art. 1º, e inciso VII do Art. 3º, da MP 2215-10, de 2001; Art. 11 do Decreto 4.307, de 2002; Decreto 54.466, de 1964; Portaria GM-MD nº 379, 2022.).

C.2.14. Os valores pagos aos militares que percebem a GLE estão em conformidade com os percentuais previstos? (Tabela I do Anexo III, da MP 2215-10, de 2001; Portaria GM-MD nº 379, 2022.).

C.2.15. As situações em que há emissão de mais de um contracheque para o mesmo CPF, de militares ou pensionistas, são regulares? (Art. 29 da Lei nº 3.765, de 1960 com alterações decorrentes da MP nº 2.215-10, de 2001; Lei nº 13.954, de 2019.).

C.2.16. Os procedimentos de planejamento para realização do cotejamento estão sendo realizados conforme o previsto? (Módulo 12 do MCA 177-2 (Digital).).

C.2.17. Os setores responsáveis estão analisando e providenciando as medidas corretivas apontadas pelos indicadores discrepantes, e emitindo os respectivos relatórios? (Item 12.2 do Módulo 12 do MCA 177-2 (Digital).).

C.2.18. O Setor de Controle Interno está emitindo parecer acerca dos exames realizados, além de tomar todas as medidas necessárias para acompanhar os trabalhos de cotejamento? (Item 12.2.2 do Módulo 12 do MCA 177-2 (Digital).).

C.3. PESSOAL CIVIL

C.3.1. A concessão do adicional de insalubridade ou de periculosidade está baseada em laudo técnico elaborado por pessoas habilitadas em engenharia de segurança do trabalho ou medicina do trabalho? (Arts. 68 a 72, da Lei 8.112, de 1990; Decreto 97.458, de 1989; Arts. 192 e 193 do Decreto-Lei 5.452, de 1943; Orientação Normativa MPOG nº 04, de 2017.).

C.3.2. A execução dos pagamentos dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade estão sendo processados mediante portarias de localização, concessão e do laudo técnico? (Arts. 68 a 72, da Lei 8.112, de 1990; Decreto 97.458, de 1989; Arts. 192 e 193 do Decreto-Lei 5.452, de 1943; Art. 13 da Orientação Normativa MPOG nº 4, de 2017.).

C.3.3. O laudo técnico utilizado como base para os pagamentos dos adicionais de insalubridade ou de periculosidade segue as instruções previstas nos normativos vigentes? (Arts. 68 a 72, da Lei 8.112, de 1990; Decreto 97.458, de 1989; Arts. 192 e 193 do Decreto-Lei 5.452, de 1943; Arts. 10, 13 e 17 da Orientação Normativa MPOG nº 04, de 2017.).

C.3.4. A concessão do adicional noturno, assim como os cálculos dos valores pagos estão em conformidade com o previsto? (Artigo 75 da Lei nº 8.112, de 1990; Artigo 6 do Decreto nº 1.590, de 1995; Decreto nº 4.836, de 2003; Despacho s/nº SRH/MPOG, de 30/08/2007; Instrução Normativa nº 109, de 2020.).

C.3.5. O auxílio-alimentação dos servidores civis vem sendo concedido no valor correto e na proporção dos dias trabalhados? (Decreto nº 3.887, de 16 de agosto de 2001 Portaria MPOG nº 11, de 2016.).

C.3.6. O controle de frequência dos servidores está sendo realizado em conformidade com a legislação? (§§ 1º e 2º do Art. 6º, art. 7º e 8º, do Decreto nº 1.590, de 1995; Inciso I do Art. 44, da Lei nº 8.112, de 1990; Instrução Normativa SGP-MPDG nº 2, de 2018.).

C.3.7. Faltas ou atrasos não abonados estão sendo compensados no prazo ou descontados do pagamento dos servidores? (Art. 10 a 13 da Instrução Normativa SGP-MPDG nº 2, de 2018.).

C.3.8. As declarações de família dos servidores encontram-se atualizadas? (Capítulo 6 da ICA 47-3, de 2003).

C.3.9. O pagamento da GQ (Gratificação de Qualificação) encontra-se adequadamente amparado pelos documentos comprobatórios necessários e em conformidade com a legislação? (Arts. 5º, 8º e 13 da Lei nº 8.691 de 1993; Art. 21-B da Lei nº 9.657, de 1998; Inciso III, do Art. 18-B da Lei nº 11.344, de 2006; Alínea c, inciso II do Art. 124 da Lei nº 11.355, de 2006; Arts 52 a 64 do Decreto nº 7.922, de 2013; Arts. 2 a 21 da Portaria nº 447/GC3, de 2014.).

C.3.10. O pagamento da Gratificação por Trabalhos de Raios-X ou substâncias radioativas e os adicionais de irradiação ionizante estão em conformidade com a legislação? (Inciso III, do Art. 1º, do Decreto nº 81.384, de 1978.).

C.3.11. O pagamento da GDASA (Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo) está em conformidade com a legislação? (Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002; Portaria nº 945/GC1, de 2013; Portaria nº 505/GC1, de 2014.).

C.3.12. O pagamento da GDPGPE (Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) está em conformidade com a legislação? (Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; Portaria nº 945/GC1, de 2013; Portaria nº 505/GC1, de 2014.).

C.3.13. O pagamento da GEAAPGPE (Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo) está em conformidade com legislação? (Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.).

C.3.14. O pagamento da GDATEM (Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar) está em conformidade com a legislação? (Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; Portaria nº 945/GC1, de 2013; Portaria nº 505/GC1, de 2014.).

C.3.15. O pagamento da GADF (Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função) está em conformidade com a legislação? (Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991; Lei Delegada nº 13, de 1992; Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; Portaria nº 377/GC3, de 7 de julho de 2011; Portaria nº 340/GC3, de 7 de março de 2017; Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.).

C.3.16. O pagamento da GDACT (Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia) está em conformidade com a legislação? (MP nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; Portaria nº 945/GC1, de 2013; Portaria nº 505/GC1, de 2014.).

C.3.17. O pagamento da restituição de valores pagos aos servidores civis a título de ressarcimento do pagamento de plano de saúde vem sendo realizado em conformidade legal? (Módulo 6 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (digital) da DIRAP.).

C.3.18. O setor responsável está realizando o cotejamento mensal referente aos ressarcimentos de assistência à saúde? (Item 6.5.1 do Módulo 6, do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP).

C.3.19. A prestação de contas anual do programa de ressarcimento de assistência à saúde aos servidores civis está sendo elaborada com todos os documentos previstos? (Item 6.5.3 do Módulo 6, do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (digital) da DIRAP).

C.4. PESSOAL OBJETOS COMUNS

C.4.1. A prestação de contas do Programa de Assistência Pré-Escolar está sendo elaborada com a documentação prevista? (Módulo 3 do Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal (Digital)).

C.4.2. Está sendo realizando o cotejamento mensal da Assistência Pré-escolar? (Módulo 3 do Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal (Digital)).

C.4.3. As pastas individuais dos beneficiários do Assistência Pré-escolar contêm a documentação prevista? (Módulo 3 do Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal (Digital)).

C.4.4. Os pagamentos da Assistência Pré-escolar estão em conformidade com os valores e condições previstas? (Módulo 3 do Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal (Digital); Módulo 6 do MCA 177-2 (Digital)).

C.4.5. Vem sendo acompanhada a execução do programa de Assistência Pré-escolar na modalidade direta, por meio de uma comissão de fiscalização? (Item 3.3.1.1 do Módulo 3, do Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal.).

C.4.6. O Planejamento Anual das atividades de Assistência Social foi elaborado contemplando os Projetos Sociais previstos e encaminhado ao órgão central (DIRAP) dentro dos prazos estipulados? (Itens 6.4.2, 6.4.8 e Anexo F da NSCA 163-1, de 2020.).

C.4.7. Os controles dos registros de concessões, as comprovações de despesas, assim como os Relatórios de Avaliação e de Prestação de Contas das Atividades Socioeducativas e dos Projetos Sociais estão sendo elaborados em conformidade com a legislação vigente? (Itens 5.1 e 5.2 da ICA 161-1, de 2014; Alínea ‘e’ do item 4.1.2, item 6.4.9 e Anexos D e E da NSCA 163-1, de 2020.).

C.4.8. Os processos de benefícios sociais concedidos estão constituídos com toda a documentação prevista na legislação vigente? (Item 2.5 da ICA 161-1, de 2014; Item 6.5 e demais subitens e Anexos I, J, K, L da NSCA 163-1, de 2020).

C.4.9. As concessões dos benefícios socioassistenciais estão em conformidade com o grupo de vulneráveis, o teto de valor e as demais condicionantes previstas na legislação vigente? (Itens 2.4 e 2.6 da ICA 161-1, de 2014; Itens 6.5.4, 6.5.5, 6.5.6 e Anexos H, I, J, K e L da NSCA 163-1, de 2020.).

C.4.10. Os agentes administrativos do SESO assinaram o Termo de Compromisso de Sigilo? (Item 9.12 da NSCA 163-1, de 2020.).

C.4.11. Os beneficiários do auxílio-transporte apresentaram toda a documentação comprobatória prevista? (Item 4.1 do Módulo 4 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP.).

C.4.12. Os valores pagos a título de auxílio-transporte aos militares e civis estão corretos? (Item 4.3 do Módulo 4 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP; Módulo 6 do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.13. O pagamento e os acertos financeiros relacionados a afastamentos temporários, foram realizados na forma prevista na legislação? (Item 4.5 do Módulo 4 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP.).

C.4.14. O cadastramento do auxílio-transporte está sendo realizado, ao menos, anualmente? (Item 4.8 do Módulo 4 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP.).

C.4.15. O cotejamento do auxílio-transporte está sendo elaborado mensalmente e contém todos os documentos comprobatórios previstos? (Item 4.6.2 do Módulo 4 do Manual Eletrônico de Benefícios Assistenciais (Digital) da DIRAP.).

C.4.16. A concessão do auxílio-funeral está em conformidade e amparada pela documentação prevista? (Alínea 'h' do Art. 2º e Tabela VI do Anexo IV, da MP nº 2.215-10, de 2001; Arts. 34, 35 e 76 do Decreto nº 4.307, de 2002; Alínea 'f' do Inciso IV do caput e § 2º ambos do Art. 50 da Lei nº 6.880, de 1980; Módulo 3, do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.17. O valor do auxílio-funeral pago está correto? (Módulo 3, do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.18. A concessão e os valores pagos de auxílio natalidade estão em conformidade com a legislação? (Alínea 'f' do Inciso I, do Art. 2º e Tabela IV do Anexo IV, ambos da MP 2215-10, de 2001; Módulo 6 do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.19. Os processos individuais referentes à pensão alimentícia contêm toda documentação prevista, devidamente ordenada, autuada e indexada? (Módulo 8 do MCA 177-2 (Digital)).

C.4.20. As determinações judiciais referentes às pensões alimentícias estão sendo cumpridas em caráter de urgência e em sua integralidade? (§ 3º do Art. 14, da MP 2215-10, de 2001; Módulo 8, do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.21. Os valores pagos aos alimentados estão em conformidade com os valores descontados dos alimentantes? (Alíneas 'r' e 's' do item 8.3.1, do módulo 8, do MCA 177-2.).

C.4.22. Os valores implantados têm sido revisados e atualizados semestralmente e estão corretos? (Módulo 8 do MCA 177-2 (Digital).).

C.4.23. Os processos referentes ao transporte de bagagem, veículo e pessoal, na modalidade "pagamento em espécie" contêm toda documentação prevista, devidamente ordenada, autuada e indexada? (Alíneas "a" e "b" do item 9.7.1 da ICA 177-31, de 2004, alterada pela Portaria Nº 779/GC6, de 2006.).

C.4.24. Os processos referentes ao transporte de bagagem, veículo e pessoal, na modalidade "por conta da União" contêm toda documentação prevista, devidamente ordenada, autuada e indexada? (Alíneas "c, d, e, f" do item 9.7.1 da ICA 177-31, de 2004, alterada pela Portaria Nº 779/GC6, de 2006.).

C.4.25. Os valores pagos referentes ao transporte de bagagem, veículo e pessoal são devidos e estão corretos? (Alíneas "b, d, f, e o" do item 10.1.1.1; itens 4.6, 4.7 e 4.8; itens 5.1.4, 5.1.5, 5.1.6, 5.4; item 9.4.6, da ICA 177-31, de 2004, alterada pela Portaria Nº 779/GC6, de 2006.).

C.4.26. Os procedimentos acessórios relacionados ao transporte de bagagem, veículo e pessoal foram realizados conforme o previsto? (Alíneas "a, j, " do item 10.1.1.1; itens 4.4.2, item 6 e item 11.3.3, da ICA 177-31, de 2004, alterada pela Portaria Nº 779/GC6, de 2006.).

C.4.27. A UG no exterior possui em seu quadro de pessoal, servidor público cuja apresentação tenha ocorrido há mais de 4 anos? (§ 1º, do Art. 95, da Lei nº 8.112, de 1990.).

C.4.28. A UG no exterior possui em seu quadro de pessoal, servidor público gozando licença para tratamento de saúde superior a 15 dias sem a devida apresentação de perícia oficial? (Art. 202 e 203, da Lei nº 8.112, de 1990.).

C.4.29. A contratação dos auxiliares locais está sendo realizada com base em processo seletivo e em conformidade legal? (Inciso VIII, do Art. 9º, do Decreto nº 2.299, de 13 de agosto de 1997; Módulo 11 do MCA 177-2 (Digital)).

C.4.30. Tem sido submetida à aprovação do EMAER, via cadeia de comando, a proposta de tabela de vencimentos básicos com limites mínimos e máximos de faixas salariais praticadas nos mercados locais e as majorações de vencimentos básicos dos auxiliares locais, conforme legislação vigente? (Módulo 11 do MCA 177-2 (Digital)).

C.4.31. As pastas individuais dos auxiliares locais contêm todos os registros relativos à sua vida funcional? (Módulo 11 do MCA 177-2 (Digital)).

C.4.32. Os procedimentos afetos ao recolhimento e ao pagamento de contribuições previdenciárias e demais encargos legais relativos aos auxiliares locais têm sido executados em conformidade com a legislação vigente? (Módulo 11 do MCA 177-2 (Digital)).

C.5. PESSOAL VETERANOS E PENSIONISTAS

C.5.1. Vem sendo atualizado anualmente, no mês de aniversário do beneficiário, a atualização cadastral dos aposentados e pensionistas da União, vinculados à Unidade Gestora e que recebam proventos de aposentadoria ou pensão à conta do tesouro nacional? (Art. 2º da Portaria MPOG nº 363, de 2016.).

C.5.2. Os servidores aposentados e pensionistas que não realizaram a atualização dos dados cadastrais até a data limite, tiveram a suspensão do benefício, após expedida correspondência convocando-os para se apresentar no prazo de trinta dias? (Art. 6º da Portaria MPOG nº 363, de 2016.).

C.5.3. A concessão do auxílio-invalidez está sendo realizada em conformidade com os requisitos exigidos e mediante a documentação comprobatória prevista? (Art. 2º e 4º da Portaria nº 976/GC6, de 2002; Art. 78 e 79 do Decreto 4.307, de 2002; Decreto nº 10.750, de 19 de julho de 2021; Módulo 6 do MCA 177-2 (Digital).).

C.5.4. O valor pago de auxílio-invalidez está correto? (Art. 1º da Portaria nº 976/GC6, de 2002; Lei 11.421, de 2006; Lei 12.702, de 2012; Módulo 6 do MCA 177-2 (Digital).).

ANEXO D – BENS PATRIMONIAIS

D.1. SEGURANÇA E DEFESA

D.1.1 Existe um graduado do Quadro de Suboficiais e Sargentos, preferencialmente da especialidade SBO, ou com capacitação no Curso Elementar de Combate Incêndio em Edificações (CECIE), ou equivalente? (alínea “a”, do item 2.3.2, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.2. Existem auxiliares treinados em prevenção e combate a incêndio? (alínea “b”, do item 2.3.2, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.3. Os chefes, encarregados e responsáveis pelas atividades de prevenção e combate a incêndio em edificações possuem cursos, estágios e treinamentos inerentes a essas atividades? (item 2.3.3, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.4. Existe para cada edificação da OM, no mínimo, uma Brigada Contra Incêndio (BCI)? (item 4.1.2, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.5. Existe cronograma anual de reciclagem da equipe de brigada? (item 4.6, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.6. Existe Plano de Prevenção Contraincêndio em Edificações (PPCIE), atualizado, aprovado e publicado em BI da OM? (alínea “d” do item 2.2.1 e item 5.4, ambos da ICA 92-20, de 2020).

D.1.7. Os extintores estão de fácil acesso e/ou estão visíveis e sinalizados? (item 6.4.3, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.8. Os extintores de incêndio da OM têm sido inspecionados mensalmente, com a verificação do aspecto externo, sendo afixado a esses a etiqueta de inspeção devidamente preenchida? (itens 6.7.1 e 6.7.3, ambos da ICA 92-20, de 2020).

D.1.9. A inspeção define o nível de manutenção a ser realizada? (item 6.7.1, da ICA 92-20, de 2020).

D.1.10. Existe sinalização de emergência que tenha como finalidade a redução do risco de ocorrência de incêndio? (itens 7 e 7.1, ambos da ICA 92-20, de 2020).

D.1.11. Existe sinalização de segurança contra incêndio na entrada dos elevadores da OM? (itens 7 e 7.1, ambos da ICA 92-20, de 2020).

D.2. MATERIAL DE INTENDÊNCIA

D.2.1. Existem Bens de Estoque em Trânsito a mais de 30 dias sem recebimento para as transferências no País e 90 dias para as transferências oriundas do Exterior? (Módulo 7, do MCA172-3 – Digital; Módulo 7, do MCA 172-4 – Digital).

D.2.2. Existem diferenças contábeis entre o SILOMS e o SIAFI nas contas de materiais de consumo? (Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e; Módulo E, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.3. SUPRIMENTO AERONÁUTICO

D.3.1. A OM adota um padrão de cores, que possibilita ao pessoal do armazém a rápida identificação dos equipamentos de segurança e as áreas de perigo? (item 10.13.4, do MCA 67-1, de 2007).

D.3.2. Existe local adequado para armazenamento dos materiais de borracha, conforme a legislação? (item 10.10.3, do MCA 67-1, de 2007).

D.3.3. Existe local adequado para armazenagem dos Filmes Aéreos Virgens, protegendo-os da umidade, altas temperaturas, gases danosos, raios-X, materiais radioativos e quaisquer outros danos físicos? (item 10.10.10, do MCA 67-1, de 2007).

D.3.4. Existe câmara frigorífica à temperatura recomendada pelo fabricante, para o armazenamento de produtos químicos como selantes e certos lubrificantes? (item 10.10.17, do MCA 67-1, de 2007).

D.4. MATERIAL DE SUBSISTÊNCIA

D.4.1. Estão sendo realizadas coletas diárias de amostras dos alimentos preparados no rancho, para acondicionamento por até 72 horas, no caso de eventuais necessidades de se fazerem análises desses alimentos? (Arts. 36, 37 e 38 do Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015).

D.4.2. Existe um estoque mínimo de gêneros da tabela de alimentação, para garantir a alimentação do pessoal arranchado para 10 (dez) dias de consumo? (item 2.1 da FCA 145-13, de 2008).

D.4.3. Os reservatórios de água potável estão sendo limpos, desinfetados, semestralmente ou na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água - animais, sujeira e enchentes? (§ 3º do Art. 58, do Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas – MD42-R-01, de 2015; item 5.1.4 da ICA 83-1, de 2019).

D.4.4. São realizados os exames médico-laboratoriais do pessoal que trabalha na manipulação de alimentos, a cada ano, podendo ser reduzida a periodicidade de acordo com a necessidade, ou a cada substituição de integrantes? (Arts. 41 e 42 do Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas - MD42-R-01, de 2015).

D.4.5. Existe plano de manutenção dos equipamentos de subsistência? (Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.4.6. Os resíduos orgânicos a serem descartados, estão estocados em local fechado e isolado da área de preparação e armazenamento de alimentos, de forma a evitar focos de contaminação e atração de vetores e pragas urbanas? (Art. 40 do Regulamento de Segurança dos Alimentos das Forças Armadas – MD42-R-01, de 2015).

D.5. MATERIAL BÉLICO

D.5.1. Existe controle de acesso aos locais de armazenagem de material bélico? item 4.4 e 4.5 da ICA 205-47, de 2015).

D.5.2. Existe Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), no paiol? (item 15 do anexo L da MCA 135-2, de 2012).

D.6. SFARD

D.6.1. A distribuição de fardamento, constante do mapa de previsão anual, está sendo realizada para militares que fazem jus e é realizada segundo o método PEPS? (item 3.3.6 da NSCA 168-1, de 2021).

D.6.2. O armazenamento de materiais está de acordo com os sistemas de armazenagem tipo porta-paletes, racks, prateleiras e *flow-racks*? (item 4.6.2 da NSCA 168-1, de 2021).

D.6.3. Foi designada formalmente, pelo Agente Diretor, uma comissão para exame e recebimento do material fornecido pela Subdiretoria de Abastecimento (SDAB)? (item 4.5.2.1 da NSCA 168-1, de 2021; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021-RADA-e; Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.6.4. O setor de material de intendência, ou equivalente na OM Apoiadora, distribui o fardamento, mediante emissão do Termo de Responsabilidade e assinatura do militar que receber o fardamento? (item 2.7.6 da TCA 168-1, de 2021; Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.6.5. Está sendo exigida a devolução das peças de fardamento dos militares excluídos ou licenciados, sendo emitidos os respectivos Termos de Responsabilidade? (item 2.7.1 da TCA 168-1, de 2021; Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.6.6. O mapa de previsão de fardamento está de acordo com a legislação vigente? (item 3.3.1 da NSCA 168-1, de 2021; item 2.4 da TCA 168-1, de 2021; Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.7. PRVF

D.7.1 Ao final de cada mês os PRVF confrontam relatório de inventário atualizado e o estoque físico, informando qualquer discrepância tempestivamente, à SDAB, para as providências cabíveis? (item 6.4.3 da NSCA 168-2, de 2021).

D.8. REGISTRO

D.8.1. A escrituração dos bens móveis permanentes e de uso duradouro da Unidade mantém consistência com a escrituração analítica do SILOMS-BMP? (Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e; Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 - RADA-e)

D.8.2. É comprovada, mensalmente, por ocasião da Prestação de Contas Mensal da UG, a consistência dos valores constantes dos registros analíticos do sistema informatizado de controle patrimonial de bens do COMAER (SILOMS) com os registros sintéticos do SIAFI, referente aos materiais permanentes, apurando as eventuais discrepâncias e propondo ações no sentido da regularização? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital; Módulo D do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e; Módulo F do RCA 12-1, de 2021 - RADA-e).

D.8.3. As relações de bens de consumo de uso duradouro por responsável são regularmente expedidas e submetidas à autenticação do Agente de Controle Interno? (Módulo 7, do MCA 172-3 – Digital; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e; Módulo F do RCA 12-1 de 2021 - RADA-e).

D.8.4. O Setor de Almoxarifado ou armazém correspondente está encaminhando ao Setor de Registro da UG os documentos relativos à distribuição realizada, de forma que o bem receba o devido registro no SILOMS-BMP? (Módulo 7, do MCA 172-3 – Digital).

D.8.5. A exclusão dos bens patrimoniais intangíveis ou bens móveis permanentes é precedida de processo regular? (Módulo 7, do MCA 172-3 – Digital; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.6. Os procedimentos referentes ao reaproveitamento, à movimentação, à alienação e a outras formas de desfazimento de material estão em conformidade com a legislação pertinente? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital; Módulo D do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.7. Existem Bens Móveis Permanentes em Trânsito há mais de 30 dias sem recebimento, para as transferências no País, e há mais de 90 dias para as transferências oriundas do Exterior, sem a devida justificativa circunstanciada? (Módulo 7, do MCA 172-3 – Digital e Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.8. Há Prestação de Contas Mensal que evidencie o controle desses Bens de Estoque em Trânsito? (Módulo 7 do MCA 172-3 – Digital; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.9. No encerramento do exercício financeiro, o inventário analítico dos bens móveis permanentes foi realizado? (alínea “b” e “g”, do item 5.3, da ICA 179-1, de 4 de junho de 2020; Módulo 7, do MCA 172-4 (Digital)).

D.8.10. O inventário analítico dos bens móveis permanentes foi realizado por comissão nomeada pelo Agente Diretor, publicada, e composta por, no mínimo, 3 membros? (alínea “b” e “g”, do item 5.3, da ICA 179-1, de 4 de junho de 2020; Módulo 7, do MCA 172-4 (Digital).

D.8.11. Os bens permanentes estão identificados com plaquetas ou etiquetas duráveis? (alínea “j”, do item 5.3, da ICA 179-1, de 2020; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.12. As entradas e saídas de bens móveis permanentes foram registradas no SILOMS (Módulo BMP), no mês de sua ocorrência? (item 5.7.2.5, da ICA 179-1, de 2020).

D.8.13. É realizada a conferência geral dos bens patrimoniais, no mês de junho, ou quando determinado pela Administração? (Módulo D, da RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.14. Existem diferenças contábeis entre o SILOMS-BMP e o SIAFI nas contas de materiais permanentes? (Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e; Módulo E, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.8.15. O detentor da carga especificado no relatório BMP, extraído do SILOMS, é o atual chefe da seção? (Módulo F, da RCA 12-1, de 2021 - RADA-e).

D.9. IMÓVEIS

D.9.1. Nas passagens de cargo de Comandante, Diretor, Prefeito ou Chefe de OM, foi lavrado o Termo de Passagem e Recebimento de Bens Patrimoniais Imóveis? (item 6.5.1 da ICA 87-7/2019; Anexo “S” da ICA 87-7/2019).

D.9.2. As UG EXEC PAT estão acompanhando e registrando no SIAFI as alterações de Bens Imóveis das OM apoiadas, constantes das contas contábeis OBRAS EM ANDAMENTO, INSTALAÇÕES, BENFEITORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS, ALMOXARIFADO DE OBRAS e BENS IMÓVEIS A ALIENAR? (Módulo 20 do MCA 172-4 – Digital).

D.9.3. As Prestações de Contas Mensais estão sendo elaboradas de acordo com o previsto nos normativos vigentes? (Anexos “7C” e “13L” do Módulos 7 e 13, do MCA 172-3 – Digital; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

D.10. SERVIÇOS GERAIS

D.10.1. Os extintores de incêndio têm sido inspecionados mensalmente, com a verificação do aspecto externo, sendo afixado aos mesmos a etiqueta de inspeção devidamente preenchida? (Anexo H, item 6.7 da ICA 92-20, de 2020).

D.10.2. Existe um plano de manutenção preventiva dos sistemas elétricos e hidráulicos da OM ? (alínea “b” do item 7.18 da ICA 179-1, de 2020).

D.10.3. Foi realizada a limpeza dos reservatórios de água e emitido o laudo de qualidade da água? (alínea “a”, “b” e “c” do item 5.1.3 da ICA 83-1, de 2019).

D.10.4. A Unidade tem a outorga, emitida por órgão competente do estado, para utilização dos recursos hídricos? (item 5.2 da ICA 83-1, de 2019).

D.10.5. A manutenção das estações de tratamento de água (ETA) e esgoto estão sendo realizadas por pessoal capacitado? (item 5.3.1 da ICA 83-1, de 2019).

D.10.6. A manutenção periódica do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), está sendo realizada? (alínea “b” do item 7.18 da ICA 179-1, de 2020).

D.10.7. A OM geradora de resíduo passível de gerenciamento tem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)? (item 4.2 da ICA 83-1, de 2019).

D.11. TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE

D.11.1. Existem viaturas militares não identificadas com as respectivas marcações do REG FAB na UG? (Itens 3.2 e 9.1.4 do MCA 75-1E, de 2020).

D.11.2. Existe controle de validade das CNH dos motoristas autorizados a conduzir veículos Da OM? (Item 8 do MCA 75-1E, de 2020)

D.11.3. Existe procedimento formal para verificação de existência de multas e outras infrações de trânsito? Itens 2.4.4 do MCA 75-1E, de 2020

D.11.4. Existe procedimento formal que discipline a realização de testes e ensaios com periodicidade não superior a cinco anos em equipamentos e sistemas de combustíveis? (Item 7.1.3 da ICA 83-1, de 2019).

D.11.5. Existe sistema de coleta de efluentes dos postos de abastecimento de combustíveis? (Itens 7.1.4 da ICA 83-1, de 2019).

D.11.6. Existem viaturas sem o CRLV ou com o CRLV vencido? (item 2.4 do MCA 75-1E).

D.11.7. Existe licença ambiental para funcionamento dos postos de combustíveis? (Item 6 da ICA 83-1 de 2019; item 11.1.2 do MCA 75-1E).

ANEXO E – PONTOS COMUNS**E.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA**

E.3.1. Existe Termo de Transmissão e Assunção de Cargo (TTAC) publicado em boletim interno da OM? (Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

E.3.2. Existe Norma Padrão de Ação (NPA) atualizada e publicada em boletim interno da OM? (Módulo 14, do MCA 172-4 – Digital; Módulo H, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

E.3.3. Existe designação de cargos e funções, atualizada, dos militares que trabalham no setor? (Módulo F, do RCA 12-1, de 2021 - RADA-e).

E.3.4. Existe consistência entre a escrituração analítica do SILOMS, ou sistema homologado pelo COMAER, e o estoque físico de bens ou materiais existentes no Setor? (Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 - RADA-e).

E.3.5. O inventário analítico anual, dos bens patrimoniais (imóveis, móveis permanentes, incorpóreos ou intangíveis, incluindo-se os de informática, móveis de consumo de uso duradouro e de consumo em estoque), foi realizado por comissão, designada e publicada em boletim interno da OM? (item 5.3 da ICA 179-1 de 2020; Módulo D, do RCA 12-1, de 2021).

E.3.6. Os equipamentos de medidas, tais como balança, bomba e vareta de nível de combustível, estão sendo verificadas anualmente, por órgão competente? (item 7.19, da ICA 179-1/2020).

E.3.7. Os materiais ácidos, corrosivos, inflamáveis e químicos estão estocados em local apropriado? (item 4.6.1 da NSCA 168-1 de 2021 e item 7.1.1 Módulo D, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

E.3.8. São adotadas medidas administrativas e operacionais concernentes à manutenção e revisão dos extintores de incêndio do setor da OM? (ICA 92-20, de 2020).

E.3.9. A baixa por consumo dos materiais da conta contábil 1.1.5.6.1.01.00 é realizada tempestivamente? (Módulo 07, do MCA 172-3; Módulo H, do RCA 12-1, de 2021 – RADA-e).

ANEXO F – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**F.1 - PLANEJAMENTO**

F.1.1. A obra atende ao interesse público (finalidade)? (inciso II do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993)

F.1.2. Existe previsão da obra no PPA? Existe previsão da obra na LOA? (Art. 167 da Constituição Federal, de 1988; § 5º do Art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000)

F.1.3. Quando a ação que se amplia por meio da obra gerar aumento de despesa (ou seja, quando não prevista inicialmente na Lei Orçamentária), anexar ao processo a estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício e nos dois subsequentes. (inciso I do § 1º do Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000)

F.1.4. Quando a ação que se amplia por meio da obra gerar aumento de despesa (ou seja, quando não prevista inicialmente na Lei orçamentária), anexar declaração do ordenador de que o projeto tem adequação orçamentária, tem previsão de recursos financeiros para o pagamento e tem a adequação com a LDO e PPA. (inciso II do Art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000)

F.1.5. O terreno pertence ao órgão e há a comprovação da posse e propriedade? (Art. 108 e Art. 1.253 a 1.259 da Lei nº 10.406, de 2002)

F.1.6. A aquisição do terreno seguiu o princípio da impessoalidade (não beneficiou parentes, amigos, etc.)? (*caput* do Art. 37, da Constituição Federal, de 1988);

F.1.7. As características do terreno escolhido (localização, topografia, Lei do uso do solo etc.) são adequadas ao empreendimento? (incisos I, II, III, IV, V, VI e VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993);

F.1.8. Existem estudos de infraestrutura, dos custos da construção e operacional e a sua adequação à realidade do órgão? (inciso IX do Art. 6º e incisos I, III, e VI do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; Art.2º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA; Art. 3º do Decreto nº 7.983, de 2013)

F.1.9. Há compatibilidade entre o resultado dos estudos e a disponibilidade orçamentária e financeira? (inciso IX do Art. 6º, inciso III do § 2º do Art. 7º e *caput* do Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

F.1.10. Os prazos de planejamento da obra são razoáveis? (*caput* do Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

F.1.11. Foi realizado pré-orçamento da obra como ferramenta de planejamento? (Art. 8º e incisos III e VI do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993)

F.1.12. Foi realizada do empreendimento no órgão ambiental consulta prévia de impacto ambiental do empreendimento? (inciso VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993)

F.1.13. Foi observado se a previsão de recursos orçamentários assegura o pagamento das etapas a serem realizadas no exercício financeiro em curso? (item III § 2º do Art. 7 da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2 - PROJETO

F.2.1. Os projetos elaborados obedeceram às normas técnicas? (inciso VI do Art. 12, da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.2. A sondagem representou com fidelidade o perfil do terreno? (inciso VI do Art. 12, da Lei nº 8.666, de 1993; NBR nº 6484, de 2001, da ABNT)

F.2.3. Houve recolhimento das ARTs dos projetos? Foi verificado se elas correspondem à obra em questão? (Art. 1º e Art. 2º da Lei nº 6.496, de 1977; Art. 7º, da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

F.2.4. Houve aprovação por órgão competente da avaliação do impacto ambiental? (inciso VII do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; e Art 3º da Resolução nº 1, de 23 de janeiro de 1986, do CONAMA/MMA)

F.2.5. Houve aprovação pela prefeitura do projeto arquitetônico? (inciso 30 incisos VIII da Constituição Federal, de 1988)

F.2.6. Houve aprovação, se for o caso, do projeto de instalações elétricas e incêndio pelas concessionárias, bombeiros e vigilância sanitária? (inciso IX do Art. 6º e inciso VI do Art. 12, da Lei nº 8.666, de 1993; e § 3º e § 4º do inciso II, do Art. 2º, da Lei nº 13.425, de 2017)

F.2.7. O projeto é compatível com as características do empreendimento? (alínea ‘h’ do Art. 3º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

F.2.8. Os materiais são compatíveis com as características da obra (finalidade)? (alínea ‘c’ do inciso IX do Art. 6º e inciso IV do Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993; alínea ‘e’ do Art. 3º, da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

F.2.9. Os preços das planilhas orçamentárias são compatíveis com o mercado ou com referência de custos (SINAPI, SICRO, etc.)? (Art. 3º e 4º do Decreto nº 7.983, de 2013)

F.2.10. Os quantitativos das planilhas estão de acordo com os projetos? (alínea ‘f’ do inciso IX do Art. 6º e § 4º do Art. 7º da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.11. A elaboração do cronograma é compatível com a característica da obra (prazos previstos, época, etc.)? (Art. 8º da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.12. Caso necessário, foi realizada a licitação para contratação do projeto básico? (Art. 2º da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.13. Foi desenvolvido o projeto básico conforme as diretrizes definidas nos estudos preliminares? (alíneas ‘a’ a ‘f’ do inciso IX, do Art. 6º, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 2º da Resolução nº 361, de 1991, do CONFEA)

F.2.14. Foi atentado se o projeto estava sujeito ao EIA-RIMA, e sendo o caso, foi providenciado a realização do mesmo? (Art. 225 da Constituição Federal, de 1988; Art. 2º da Resolução nº 1, de 1986, e Art. 3º da Resolução nº 237, de 1997, ambas do CONAMA/MMA)

F.2.15. Foi observado se o projeto estava sujeito ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), e sendo o caso, foi providenciado a realização do mesmo? (Art. 36 ao Art. 38 da Lei nº 10.257, de 2001)

F.2.16. Foi evitado a concentração de preços nas fases iniciais do cronograma físico-financeiro? (alínea ‘b’ do inciso XIV, do Art. 40, da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.17. Quando cabível, foi destacado em separado no orçamento, valores a título de instalação e mobilização? (inciso XIII do Art.40, da Lei nº 8.666, de 1993)

F.2.18. Nas alterações contratuais a Administração observou a manutenção da equação econômico-financeira? (Art. 14 do Decreto nº 7.983, de 2013)

ANEXO G – AUDITORIA DE CONTAS

G.1 - AVALIAÇÃO

G.1.1. O Relatório de Gestão da UPC e seus anexos encontram-se em conformidade com as orientações do TCU?

G.1.2. A UPC relatou os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PPA, dos objetivos estabelecidos no plano estratégico, da execução física e financeira das ações da LOA vinculadas a programas temáticos, e identificou as causas de insucessos no desempenho da gestão?

G.1.3. É possível avaliar os indicadores instituídos pela UPC para aferir o desempenho da sua gestão, pelo menos, quanto à:

- a) capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a situação que a UPC pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão;
- b) capacidade de proporcionar medição da situação pretendida ao longo do tempo;
- c) confiabilidade das fontes dos dados;
- d) facilidade de obtenção dos dados;
- e) razoabilidade dos custos?

G.1.4. Qual a avaliação da gestão de pessoas quanto à:

- a) adequabilidade da força de trabalho da unidade frente às suas atribuições;
- b) observância da legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadorias, reformas e pensões;
- c) consistência dos controles internos administrativos relacionados à gestão de pessoas;
- d) tempestividade e qualidade dos registros pertinentes no sistema contábil e nos sistemas corporativos obrigatórios;
- e) qualidade do controle da UPC para identificar e tratar as acumulações ilegais de cargos;
- f) ações e iniciativas da UPC para a substituição de terceirizados irregulares?

G.1.5. Qual a avaliação da gestão das transferências concedidas mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, quanto à:

a) a atuação da UPC para:

- I. garantir que, na fase de concessão, os instrumentos reúnam requisitos afins com os objetivos da ação governamental;
- II. fiscalizar a execução do objeto da avença, inclusive quanto à utilização de verificações físicas e presenciais;

III. analisar a prestação de contas dos convenientes ou contratados.

- b) a suficiência das estruturas de pessoal e tecnológica para a gestão das transferências;
- c) a qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela UPC relacionados à gestão das transferências?

G.1.6. Qual avaliação da gestão de compras e contratações, especialmente no que diz respeito à:

- a) regularidade dos processos licitatórios e das contratações e aquisições feitas por inexigibilidade e dispensa de licitação;
- b) utilização de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras;
- c) qualidade dos controles internos administrativos relacionados à atividade de compras e contratações?

G.1.7. Qual a avaliação de passivos assumidos pela UPC sem prévia previsão orçamentária de créditos ou de recursos, no mínimo, quanto à correção do cálculo do valor provisionado; às causas da assunção desses passivos; à capacidade de gerência dos responsáveis pela UPC sobre tais causas; aos esforços da UPC para minimizar ou evitar a ocorrência de passivos nessas condições?

G.1.8. Qual a avaliação sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UPC?

G.1.9. Qual avaliação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UPC, no mínimo, quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos para a referida gestão?

G.1.10. Qual a avaliação da gestão da UPC sobre as renúncias de receitas praticadas, especialmente sobre:

- a) estrutura de controles internos administrativos instituída pela UPC para o gerenciamento das renúncias e verificação dos reflexos esperados nas políticas públicas;
- b) avaliação da estrutura da UPC para tratamento das prestações de contas de renúncias de receitas?

G.1.11. Qual a avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos administrativos instituídos pela UPC com vistas a garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos, considerando os seguintes elementos do sistema de controles internos da unidade:

- a) Ambiente de controle;
- b) Avaliação de risco;
- c) Atividades de controle;
- d) Informação e Comunicação;
- e) Monitoramento?

G.1.12. Qual a confiabilidade e efetividade dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis e de relatórios financeiros?

G.1.13. Qual a abrangência, suficiência e resultados, das medidas adotadas pela unidade auditada-relacionada ao Acórdão nº 1212/2014 – TCU – Plenário, que trata dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal?

G.1.14. Qual a avaliação da política de acessibilidade da unidade auditada, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei nº 10.098, de 2000, do Decreto nº 5.296, de 2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis?

G.1.15. Qual a avaliação da observância, pela unidade prestadora da conta, da ordem cronológica dos pagamentos estabelecida pelo Art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993?

G.2 – CHECK-LIST

G.2.1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

G.2.1.1. Apresentação sucinta do relatório de gestão, abordando especialmente sua estrutura e pontos da gestão da UPC no exercício que mereçam destaque, tais como um resumo dos principais resultados alcançados em face dos objetivos estratégicos e das prioridades da gestão, para posterior detalhamento no corpo do relatório. A mensagem do dirigente deve conter:

- a) o reconhecimento de sua responsabilidade por assegurar a integridade (fidedignidade, precisão e completude) do relatório integrado;
- b) o reconhecimento quanto à aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado;
- c) sua opinião quanto ao alinhamento do relatório de gestão à estrutura da decisão normativa e quanto à integração das informações.

G.2.2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

G.2.2.1. O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?;

G.2.2.2. Qual o modelo de negócios da organização?;

G.2.2.3. Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?

G.2.2.4. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão.

G.2.2.5. Principais normas direcionadoras de sua atuação.

G.2.2.6. Organograma com a estrutura organizacional e de governança (conselhos ou comitês de governança, mecanismos de implementação de controles, supervisão, liderança, estratégia e comunicação com interessados, entre outros).

G.2.2.7. Apresentação do modelo de negócios da UPC, abrangendo insumos, atividades, produtos, impactos e seus destinatários, por meio de diagrama simples e fluxo narrativo lógico, com identificação das partes interessadas críticas.

G.2.2.8 A relação de políticas, planos e programas de governo nos quais atua, com objetivos e metas, bem como parcerias, resultados alcançados e planejados, se for o caso.

G.2.2.9. Descrição dos principais processos de trabalho e produtos, apoiada, sempre que possível, em um diagrama de cadeia de valor.

G.2.2.10. Informações sobre contratos de gestão firmados e de que forma são integrados no valor gerado pela unidade.

G.2.2.11. Mecanismos de relação com o ambiente externo e com os clientes.

G.2.2.12 Descrição da composição acionária do capital social e da participação em outras sociedades, se aplicável.

G.2.3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

G.2.3.1. Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?

G.2.3.2. Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?

G.2.3.3. Informações sobre como a UPC planejou o cumprimento de sua missão, apresentando os principais objetivos estratégicos estabelecidos e a vinculação de objetivos funcionais aos objetivos estratégicos e à missão da UPC e, se for o caso, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior.

G.2.3.4. Demonstração dos recursos necessários ao alcance dos objetivos estabelecidos para o exercício e de como a UPC se preparou para obtê-los ou garantir sua obtenção.

G.2.3.5. Principais programas, projetos e iniciativas, com demonstração dos recursos alocados a estes e às áreas relevantes da gestão.

G.2.3.6 Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia a UPC para alcance de seus objetivos.

G.2.3.7. Mecanismos, ações e atividades implementadas para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da organização.

G.2.3.8. Manifestação da alta administração e medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão.

G.2.4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

G.2.4.1. Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos?

G.2.4.2. Principais riscos identificados e como a UPC lida com essas questões.

G.2.4.3. Identificação das principais oportunidades e as respectivas ações para aproveitá-las;

G.2.4.4. Identificação das fontes de riscos e oportunidades internas e externas.

G.2.4.5. Avaliação da possibilidade de ocorrência de risco ou oportunidade e a magnitude de seu efeito, se for o caso.

G.2.5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

G.2.5.1. Até que ponto a organização alcançou seus objetivos estratégicos no exercício e quais são os impactos? (A análise deve abranger os contratos de gestão, se for o caso)

G.2.5.2. Apresentação de objetivos, indicadores e metas de desempenho definidos para o exercício, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão da UPC, e, se for o caso, aos planos nacionais e setoriais e dos órgãos de governança superior.

G.2.5.3. Demonstração dos resultados alcançados no exercício de referência, em face dos objetivos estabelecidos e das prioridades da gestão.

G.2.5.4. Apresentação dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas.

G.2.5.5. Avaliação dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas, apresentado justificativas para os resultados obtidos.

G.2.5.6. Monitoramento de metas não alcançadas e perspectivas para os próximos exercícios.

G.2.5.7. Avaliação dos resultados das áreas relevantes da gestão, em face dos recursos que lhes foram alocados (orçamentária e financeira; pessoas e competências; processos operacionais; licitação e contratos; patrimônio e infraestrutura; tecnologia da informação; custos e sustentabilidade).

G.2.6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

G.2.6.1. Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período? (A evidenciação deve contemplar as principais unidades que compõem a UPC, de forma individual e agrupada, de acordo com a materialidade e a relevância para os resultados do conjunto).

G.2.6.2. Resumo da situação financeira contábil da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.

G.2.6.3. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.

G.2.6.4. Avaliação dos custos operacionais e resultados financeiros e não financeiros da UPC

G.2.6.5. Normas técnicas e legais adotadas e mecanismos de controle e garantia dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização.

G.2.6.6. Informações acerca do setor de contabilidade da UPC.

G.2.6.7. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e respectivas medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.

G.2.6.8. Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que balanços, demonstrações e notas explicativas estão publicadas.

G.2.6.9. Esclarecimentos sobre como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil, conforme situações listadas neste item do Anexo II da DN 178/2019

G.2.7. ANEXOS E APÊNDICES

G.2.7.1. Documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório.